



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

EDITAL N.º 37/2026

ANA MARIA PEREIRA ABRUNHOSA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, **torna público**, ao abrigo do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 06, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 9 de janeiro de 2026 e aprovada em 26 de janeiro de 2026.

Para os devidos e legais efeitos, emite-se e publica-se o presente Edital, que vai assinado digitalmente e que será publicitado nos painéis eletrónicos disponibilizados no Átrio dos Paços do Município e no Atendimento ao Público da Câmara Municipal, sito na Rua Olímpio Nicolau Fernandes – Piso Superior do Mercado Municipal D. Pedro V, na página eletrónica oficial do Município (www.cm-coimbra.pt) e demais lugares de uso e costume.

Registe-se e publique-se.

Paços do Município de Coimbra.

A Presidente da Câmara Municipal

ANA MARIA
PEREIRA
ABRUNHOSA

Assinado de forma digital
por ANA MARIA PEREIRA
ABRUNHOSA
Dados: 2026.01.27 16:34:23 Z

Ana Abrunhosa



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA N.º 6

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 09/01/2026

Iniciada às 14H30 e encerrada às 19H00

Aprovada em 26/01/2026 e publicitada através do Edital n.º 37/2026

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente
2. Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

I. ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 22 de dezembro de 2025

II. RECURSOS HUMANOS

1. DRH-DFDO – Reserva de Recrutamento Interno – Proposta de contratação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 5 Assistentes Operacionais, da área funcional de Apoio Educativo

III. FINANCEIRO

1. DF-DCR – Situação Financeira – Conhecimento
2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 26 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2025) – Conhecimento
3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 27 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2025) – Conhecimento
4. DF-GCOF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 da CMC
5. DGU-DCHRU – Prédio sito na Rua de São Frutuoso, n.º 169 – Casais do Campo, artigo matricial n.º 6897, da União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades – Reconhecimento da intervenção de reabilitação ao abrigo do n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para efeitos de isenção do IMI

IV. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1. DF-GCOF – Empréstimo Médio e Longo Prazo 2024 SMTUC – Plano de Renovação da Frota – Pedido de desembolso – Ratificação
2. GAP – Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) – vogal



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. SMTUC – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2026 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra
4. SMTUC – Mapa de Pessoal 2026
- V. EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE
1. DAHS-DASo – Fundo Municipal de Emergência Social (FMES) – Proposta de retificação da Entidade Gestora da CSF de Cernache e Pagamento da 2.ª tranche do FMES 2025, à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra, enquanto entidade gestora do FMES da CSF de Cernache
- VI. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA
1. DJD-DJ – Proposta para atribuição de apoio financeiro Municipal para o imóvel, onde se encontra instalada a Associação da Real República Boa-Bay-Ela, síta na Rua João Pinto Ribeiro, n.º 17, 3000-228 Coimbra, no âmbito do Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local
2. DCT-DC – Grupo Folclórico e Etnográfico “As Tecedeiras de Almalaguês” – Parecer para obtenção de Estatuto de Utilidade Pública
3. DCT-DC – Grupo Etnográfico da Região de Coimbra – Renovação do Protocolo de Cedência de Espaço
4. DGU-DCHRU – Classificação das “Salas de Cinema das Galerias Avenida”, localizadas no Centro Comercial Avenida, sítio na Av. Sá da Bandeira n.º 33, Coimbra, como Imóvel de Interesse Municipal (MIM)
- VII. HABITAÇÃO
1. DEEM-DEH – Empreitada “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (PRR) – Quinta das Bicas – Concepção-Construção de 268 Fogos” – Aprovação da 2.ª modificação ao plano de trabalhos – Ratificação
- VIII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO
1. DEEPDT-DPT – António Jorge Correia Viegas Carvalheira e outros – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua Vale de Figueiras e o Bairro do Ingote – UF de Eiras e São Paulo de Frades
2. DEEPDT-DPT – Mara Alexandre Rodrigues Ladeiro da Silva – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua Casal da Bemposta e a Rua das Coalhadas – UF de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
3. DEEPDT-DPT – Sandra Maria Lourenço Martins – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Av. José Sousa Fernandes e a Rua de Lordemão de Baixo – UF de Eiras e São Paulo de Frades
4. DEEPDT-DPT – Ana Carla Ribeiro Fernandez Bartlett – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Estrada Principal e a Rua da Escola em Casal de São João – UF de Assafarge e Antanhos
5. DEEPDT-DPT – Paulo José de Carvalho Amorim dos Santos – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua do Tirado e o IC2 – Cernache
6. DGU-DCHRU – Ana Lúcia dos Santos – Pedido de licenciamento de alterações ao alvará de loteamento n.º 386, localizado na Quinta do Sapata/Carrascal, União de freguesias de Santa e Castelo Viegas – Processo 27/2025/163
7. DGU-DCHRU – Briopul – Sociedade de Obras Públicas e Privadas, SA – Alteração a licença de loteamento – Alto dos Barreiros – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas – Processo 27/2025/189



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

8. DGU-DGUN – Briopul – Sociedade de Obras Públicas e Privadas, SA – Retificação do valor da revisão das taxas no âmbito das Obras de Urbanização do Alvará de Loteamento N.º 663/18 – Quinta do Areeiro – Freguesia de Santo António dos Olivais
9. DGU-DGUS – Anadia Green, S.A. – Parque Solar de Choca e Albugada (Taveiro e Ribeira de Frades) – União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila e União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
10. DGU – Isenção do Pagamento de Taxas e Compensações (RMUE) – (artigo 91.º n.º 6/RMUE) 4.º trimestre de 2025 – Conhecimento
11. DGU-DCHRU – Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E. – Pedido de parecer não vinculativo referente às operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública – Avenida Bissaya Barreto “Departamento de Estomatologia e Cirurgia Maxilo Facial – Freguesia de Santo António dos Olivais
12. DGU-DCHRU – Fernando Marques dos Santos – Pedido de alteração ao loteamento, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 368/1995 – Estrada das Lágrimas n.º 1 – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

IX. EMPRESAS MUNICIPAIS

1. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, EM – Construção de novas redes de águas pluviais 2019 – Análise da Fatura da AC n.º FAC 0000152019/0000045394 de 26/12/2019, no valor de 433.647,54 €, apresentada no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Ratificação
2. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, EM – Construção de coletores de águas pluviais – Mesura / Vale do Rosal – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Fatura da AC n.º FAC 0210152024/0049400507 de 27/12/2024, no valor de 276.326,51 € - Ratificação
3. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, EM – Construção de coletores de águas pluviais – Drenagem de águas pluviais na Rua da Mina – Vila Nova - Cernache – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Fatura da AC n.º FAC 0210152025/0049362363 de 28/10/2025, no valor de 27.218,46 € - Ratificação

X. FREGUESIAS

1. DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2018 a 2021 – Obras contratualizadas com a União das Freguesias de Coimbra – Proposta de alteração
2. DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2022 a 2025 – Obras contratualizadas com a União das Freguesias de Coimbra para o ano 2025 – Proposta de alteração

A reunião contou com a presença de:

Presidente: Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão

Vereadores: Ricardo Manuel Garrido Lino

Pedro Miguel Felizardo Antunes

Maria Margarida Monteiro Mendes Silva

Luís Manuel Francisco Filipe

José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva

Francisco José de Baptista Veiga

Ana Maria César Bastos Silva

João Francisco Monteiro de Lencastre Campos

Celso Filipe Monteiro Ferreira

Maria Irene Godinho Ferreira Lencastre de Campos Portugal



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A reunião foi presidida pela Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, Secretariada pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Pedro Alexandre de Brito Marques Almeida Malta, coadjuvado pelos Técnicos Superiores, Carla Patrícia de Oliveira Silveira e Pedro Luis Figueiredo Cardoso.

A Senhora Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção da Senhora Presidente

1. GOP e Orçamento 2026

A Senhora Presidente desejou um bom ano a todos os presentes e cumprimentou os trabalhadores do Município, em particular os que contribuem para a realização desta reunião. Deixou uma palavra muito especial à equipa responsável pelas GOP e Orçamento da CMC, que trabalha há meses na preparação de tão importante documento e fê-lo com dois Executivos distintos. Assim, cumprimentou igualmente o anterior Executivo, que iniciou este trabalho com diligência e permitiu, por isso, que hoje pudessem chegar a este resultado final.

2. Novo Diretor no Departamento de Administração Geral

Deu as boas-vindas ao novo Diretor do Departamento de Administração Geral, Pedro Malta, desejando-lhe felicidades no retorno a esta que é também a sua casa. Agradeceu ao Diretor cessante, Gilberto Lopes, pelo trabalho desenvolvido e pela dedicação que certamente continuará a ter nas novas funções que considerou que agora queria ter e onde está muito bem enquadrado.

3. Pequeno-almoço de trabalho com os dirigentes da CMC

Informou que nessa manhã teve um pequeno-almoço de trabalho e partilha com todos os dirigentes da estrutura orgânica da CMC. A reunião decorreu no Seminário Maior de Coimbra e o objetivo foi partilhar a missão deste Executivo, que passa necessariamente por um bom trabalho, articulado, de toda a orgânica da Autarquia. Agradeceu a presença de todos e saudou em particular o Senhor Vereador Luís Filipe, pelo empenho que teve nesta fase, frisando que sem ele não teriam chegado aqui e que foi ele quem partilhou com os dirigentes os objetivos, restrições e dificuldades das GOP 2026, mas também uma palavra de esperança.

4. Orçamento e GOP 2026

Frisou que o Orçamento é só um ponto de partida, porque durante o ano de 2026 haverá novidades, o Governo já anunciou novas linhas de apoio do Banco Europeu de Investimento para as autarquias e assim a CMC tem a possibilidade de encontrar novas fontes de receita que podem alimentar projetos de investimentos. Disse que



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

passou duas mensagens importantes aos dirigentes municipais: não basta inscrever projetos no Orçamento, é preciso cuidar da sua execução; aqueles que, para já não viram os seus projetos incluídos nas GOP não devem ficar satisfeitos com um Não, devem procurar fontes de financiamento, que existem. Acrescentou que foi um momento muito participado, com 100% de presenças dos dirigentes da CMC.

A Senhora Presidente concluiu dizendo que, por se tratar de um documento estratégico da maior importância, importa reforçar que estão perante um Orçamento: de Continuidade; de Incerteza, sem deixar de ser, naturalmente, um orçamento de Ambição.

5. Projeto-piloto “Arquivo 0 – Espaço e Eficiência para os Trabalhadores”

A Senhora Presidente lamentou as condições de trabalho de muitos funcionários do Município de Coimbra, que considera, em alguns casos, indignas. Informou que já estão em curso vários projetos de melhoria em vários espaços municipais. Urge, entre outras coisas, pintar a Câmara Municipal, mudar as janelas e implementar o projeto de eficiência energética.

Deu nota de uma iniciativa relevante, com um potencial alcance muito interessante, que terá início na próxima semana: No âmbito da melhoria contínua das condições de trabalho no Município de Coimbra, terá início, no dia 13 de janeiro, o projeto-piloto “Arquivo 0 – Espaço e Eficiência para os Trabalhadores”, a desenvolver pela Divisão de Arquivo Geral Municipal (DAGM) em articulação com a Divisão de Formação e de Desenvolvimento Organizacional (DFDO). Este projeto tem como principais objetivos a libertação e otimização do espaço nos gabinetes de trabalho, através da análise da documentação existente — tendo em conta a capacidade disponível em arquivo — e da identificação de eventual mobiliário excedente. O diagnóstico será realizado nos gabinetes de trabalho dos Paços do Concelho por técnicos da Divisão de Arquivo Geral Municipal (DAGM) e Divisão de Formação e de Desenvolvimento Organizacional (DFDO), decorrendo os trabalhos nas manhãs de 3.^a e 5.^a feiras. Na sequência desta intervenção, será elaborado um relatório por cada unidade orgânica, destinado a apoiar uma tomada de decisão mais fundamentada.

Intervenção dos Senhores Vereadores

Intervenção do Senhor Vereador José Manuel Silva

1. Autocarros elétricos

“Sra. Presidente, na reunião da Câmara de 22/12/25, V. Exa. referiu, e cito: “porque é que temos carros elétricos parados desde abril/maio e a administração nada fez, apenas trocando mails entre a empresa que representa, mails para cá, mails para lá”. Acrescentou ainda, e cito “e a única reunião que houve foi aquela que houve no meu gabinete com uma proposta para substituição das viaturas e, portanto, já estamos a trabalhar sobre isso”.

Na Assembleia Municipal foi mais eloquente, e cito: “Nós temos desde abril/maio 10 autocarros elétricos parados nos SMTUC que foram comprados e que avariaram e a atual administração nada fez a não ser trocar emails com a empresa que representa o fornecedor, não se sentou à mesa com eles, a não ser quando eu os juntei aqui com eles para resolvemos o problema e a proposta da empresa foi imediatamente substituir os autocarros. Andámos meses com mails para trás e para a frente sem cuidarmos do bem público que era imediatamente substituir os autocarros e substituir os autocarros representa esperar 10 meses porque eles vão ter de ser feitos de novo. Se o tivéssemos feito em abril, muito em breve iríamos ter os novos autocarros, porque os que temos custam uma fortuna em manutenção. Portanto, a gestão da coisa pública tem que ser proativa e não estou com isto a dizer que isto é da responsabilidade do executivo anterior, porque as administrações estão lá para trabalhar, para fazer o que é a sua competência é isto que estou a falar, de substituir equipamento que vem com defeito é gestão do dia a dia, Mas tive que ser eu, que tive que pedir à administração dos SMTUC para vir aqui com a empresa que representa o fornecedor para chegarmos a



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

acordo com um contrato que já está validado pelo jurídico, estou cá há um mês e meio e este problema existe desde abril”.

Com todo o respeito, tudo o que a Sra. Presidente disse é falso, com exceção do desfecho final, que espero que seja verdadeiro, que já haja um acordo validado pelo jurídico.

Repondo a verdade dos factos.

O problema é anterior a abril de 2025, os autocarros foram formalmente rececionados em 2024 e a questão da disfuncionalidade dos autocarros foi acompanhada intensamente pelo anterior CA dos SMTUC. Com conversas com a empresa que produz os autocarros, que esteve em Portugal, com reuniões com a empresa portuguesa representante da marca, com telefonemas múltiplos e, naturalmente, com emails, porque os assuntos sérios têm de ser tratados por escrito, como todas as pessoas facilmente compreendem. Só alguém muito ingênuo e muito pouco conhecedor da realidade pode achar que um problema desta dimensão, deste valor económico e com estas implicações jurídicas e financeiras se trata e se resolve numa única reunião... Foi um processo muito longo, complexo e exigente, em que as penalidades contratualmente previstas foram sendo calculadas e enviadas à empresa representante.

O CA dos SMTUC atuou sempre com empenho, zelo e proficiência e não merecia a inusitada desconsideração da Sra. Presidente. A única diligência que não foi desencadeada foi um processo judicial, processo esse que teria de ser a Câmara a promover.

O CA dos SMTUC optou, e bem, foi essa a nossa estratégia concertada, procurar resolver as questões pela via do diálogo, pois o recurso aos tribunais atiraria a solução para as calendadas gregas e prejudicaria os SMTUC e os seus utentes.

A via do diálogo foi sempre a via privilegiada porque também por parte da empresa representante houve sempre essa total disponibilidade e interesse, sempre com a maior educação e respeito e com vontade séria em resolver as questões.

O interesse público, em termos de investimento, foi sempre devidamente protegido, estando ainda os autocarros em causa dentro do prazo de garantia.

Quando foi necessário tomar decisões definitivas, depois de um prolongado e exigente processo negocial, eu próprio reuni com o CA dos SMTUC e com a empresa representante do fornecedor, a 2/09/2025, na Câmara, na sala Sílvio Pélico, às 17.30h, uma reunião que foi muito positiva e construtiva.

Desta reunião e dos contactos subsequentes resultou a resolução definitiva com a decisão assumida por escrito da substituição dos autocarros da primeira série por 10 autocarros da segunda série.

Todavia, porque são assuntos sensíveis, foi preciso primeiro solicitar a anuência do POSEUR para essa substituição. Devido ao financiamento na aquisição dos mesmos, era necessário garantir que o financiamento do POSEUR não se perdia, o que foi conseguido.

Recorda-se que estes 10 novos veículos standard elétricos fizeram parte de um conjunto de 22 autocarros elétricos adquiridos em 2023 pela autarquia, através de uma candidatura dos SMTUC ao POSEUR, representando um investimento total de 10,8 milhões euros (M€), tendo sido comparticipada em 7,8 M€ por fundos comunitários e os restantes pela CMC.

No dia 14 de outubro, a empresa fornecedora enviou um email ao Dr. Jorge Jesus, com o restante CA dos SMTUC, eu próprio e o meu chefe de gabinete em conhecimento, que começa assim: “A empresa está disponível para avançar para a substituição das viaturas, de modo a proteger a imagem de todos e pede celeridade na implementação da mesma solução...”. No dia 15, o Dr. Jorge Jesus respondeu por email a confirmar a satisfação com a decisão, após o trabalho desenvolvido em conjunto, e a solicitar a apresentação da proposta para o plano efetivo da substituição das viaturas.

Sra. Presidente, os emails que aqui tenho atestam o que acabei de dizer e a falsidade das suas afirmações.

O anterior CA dos SMTUC e nós próprios deixámos tudo formalmente resolvido e acordado entre as empresas, os SMTUC e a CMC, V. Exa. apenas teve de colocar uma assinatura final”.

Nesta altura, a Senhora **Presidente** interrompeu o Senhor Vereador José Manuel Silva, por já ter sido ultrapassado o tempo regimental previsto.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre os autocarros elétricos, a Senhora **Presidente** respondeu que o problema, então, ainda é maior, a ineficiência ainda é mais grave, uma vez que remonta a 2024. Disse que na reunião tida com a administração dos SMTUC e com o representante do fornecedor, o Eng.^º Tiago Cardoso fez a proposta de contrato que depois os SMTUC pediram que fosse analisada pelos serviços jurídicos da Autarquia. O anterior Executivo deixou a Câmara sem que essa análise fosse enviada ao representante do fornecedor. No entanto, tem a informação de que o atual CA dos SMTUC já enviou a proposta de contrato ao representante do fornecedor dos veículos elétricos, no sentido de serem fabricadas as viaturas que neste momento não estão em condições. Frisou que os custos de manutenção são exorbitantes. Acresce que, com o passar do tempo, este produtor de veículos elétricos, que não tinha experiência, já amadureceu a tecnologia e, portanto, as viaturas que virão já darão mais garantias da não existência dos problemas que as outras tinham.

Frisou que é muito importante a formação que está a ser dada e que vai continuar a ser dada aos trabalhadores, porque não podem correr o risco de o fornecedor dizer que os problemas existem por má utilização das viaturas. Portanto, neste momento o representante do fornecedor está a analisar a proposta de contrato, que rapidamente, em poucos dias, os serviços jurídicos da CMC elaboraram.

Intervenção do Senhor Vereador Francisco Veiga

1. Festividades de Natal e Fim de Ano

O Senhor Vereador disse que não iria responder à provocação lançada na última Assembleia Municipal pelo deputado municipal do PS, José Clemente, sobre o evento de Natal e a programação de Fim de Ano, porque tal obrigá-lo-ia a revelar informações menos simpáticas que colocariam em xeque os Senhores Vereadores Miguel Antunes e Margarida Mendes Silva. No que lhe diz respeito, este assunto está encerrado.

2. Orçamento e GOP 2026

Sobre o Orçamento e GOP 2026, disse que há redução efetiva na área do Turismo, é uma opção deste Executivo que naturalmente lamenta. Coimbra arrisca-se a perder para os concelhos limítrofes a centralidade na atração de turistas, com consequências muito nefastas para a economia local. Neste contexto, disse que tinha algumas perguntas diretas a colocar à Senhora Presidente e/ou aos vereadores com os respetivos pelouros:

- A BTL 2026 é para realizar?
- Coimbra mantém-se na rota dos grandes concertos?
- Os eventos temáticos, nomeadamente “Baixa o Som”, “Strongbeer”, “Páscoa em Coimbra”, “Festival de cerveja artesanal”, vão manter-se?

Relativamente a um concurso de ideias que a Senhora Presidente lançou, pediu que não o fizesse, por duas razões: porque o Vereador do Turismo não merece essa desconsideração e, por outro lado, os técnicos da Divisão de Turismo são demasiadamente competentes e não necessitam que a Senhora Presidente lance um concurso de ideias para o Natal 2026.

Disse ainda que gostou de ver o fogo de artifício nas freguesias, que foi iniciativa da CMC, mas julga que o Executivo fica numa situação um pouco melindrosa, porque o anterior Executivo foi altamente atacado pelo Partido Pessoas, Animais e Natureza por ter 10 minutos de fogo de artifício. Gostaria de saber se o PAN mantém o apoio à Coligação Avançar Coimbra, sabendo que este partido é altamente crítico do uso de fogo de artifício, sobretudo fora da zona urbana.

A Senhora **Presidente** respondeu que o concurso de ideias não foi para diminuir o valor dos trabalhadores da CMC, pelo contrário, foi dar-lhes mais trabalho. É sabido que quando uma pessoa ou uma equipa organizam durante muitos anos determinado evento, a capacidade criativa não se esgota mas desgasta-se, e naturalmente que se tiverem contributos as ideias fluem melhor e é uma oportunidade dos cidadãos de Coimbra participarem



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

das decisões da CMC. Disse que os próprios trabalhadores municipais, de todas as áreas, podem contribuir com as suas ideias para este concurso. Disse que ela própria já tinha contribuído com uma ideia, porque o intuito é unir e aproximar toda a comunidade em prol da melhoria das iniciativas municipais.

Anunciou que vai juntar toda a equipa do turismo num só espaço físico porque esta, embora não seja grande, trabalha em edifícios diferentes. Os grandes eventos não desaparecerão, mas serão organizados pela mesma equipa, equipa essa que naturalmente tem pessoas mais experientes do que outras na organização desse tipo de eventos. Garantiu que um concelho como Coimbra não deixará de ter grandes eventos, inovadores, agregadores, que deem visibilidade aos empresários, empreendedores e todos quantos contribuam para fazer avançar Coimbra. Frisou que o anterior Executivo organizou grandes eventos aos quais reconhece enorme valor, e esses obviamente não desaparecerão, podem dar-lhes, de futuro, mais ambição, mas não deixarão de se fazer porque têm valor.

Intervenção da Senhora Vereadora Ana Bastos

1. Cartão Move-C

“Uma nota positiva para a entrada em funcionamento, no passado dia 1 de janeiro, do cartão Move-C. Com um único cartão, os interessados já podem aceder à rede SMTUC e ao MetroBus! Embora, nesta fase inicial, a integração só envolva estes 2 operadores, perspetiva-se que, a curto prazo, venha a integrar a CP e a Busway — concessionária dos transportes intermunicipais sob jurisdição da CIM-RC.

Apesar das filas pontuais e do período de festividades, o processo de carregamento e conversão dos passes decorreu sem incidentes tecnológicos. Foi essencial o alargamento do prazo até ao dia 5 para o carregamento dos títulos, permitindo que mais de 4000 pessoas cargassem o seu passe nos primeiros dias de janeiro. Sublinho que os carregamentos seguintes já podem ser feitos nos locais habituais, incluindo agentes autorizados, site dos SMTUC e máquinas de carregamento automático.

Este foi um processo complexo e exigente, liderado pela AGIT, em total coordenação com a CIM-RC, a CMC e com os vários operadores da Região de Coimbra, designadamente Metro Mondego e SMTUC, a quem agradecemos a colaboração de todos.

Mas outras valências e beneficiações se seguirão. Estando concretizado o bilhete unificado e contactless, com sistemas tecnológicos compatibilizados entre os operadores, o sistema deverá evoluir para validação e tarificação inteligente e digital, com integrações multimodais com suporte a dados em tempo real e plataformas MaaS (Mobility as a Service).

Este é o caminho: Integrar, integrar e integrar!!

A bilhética e informação integrada elimina barreiras, simplifica pagamentos e transbordos entre operadores e modos, e torna o transporte público mais atrativo. Um só cartão, um só sistema e uma só APP. Ao facilitar o acesso, a intermodalidade aumenta a procura e é decisiva para reduzir o tráfego automóvel, sobretudo no centro das cidades.

Foi precisamente por reconhecer a intermodalidade como um dos principais fatores de aumento da procura e melhoria da qualidade de vida que, em setembro passado, o anterior Executivo aprovou alargar o acesso de todos os utilizadores com acesso bonificado à rede SMTUC — idosos, estudantes, funcionários municipais, bombeiros, titulares de Rendimento Social de Inserção (RSI) e desempregados de longa duração — permitindo-lhes aceder também no MetroBus, sem qualquer acréscimo de custo. Uma medida socialmente responsável e inclusiva, abrangendo cerca de 7500 pessoas, muitas das quais não dispõem de alternativa de transporte. Em sequência, o acordo foi firmado num contrato entre a CMC e a AGIT, assinado a 29 de setembro, após aprovação de AM para enquadrar as compensações financeiras.

Sublinhe-se, sem acréscimo de custos para o utilizador e, sublinhe-se, igualmente sem acréscimo de custos para o Município. Essa verba de compensação dos passes bonificados, atribuída pela CMC ao cidadão, direta ou indiretamente, tem vindo a ser atribuída aos SMTUC todos os anos, para cobertura do défice anual. A



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

diferença é que esse bolo, deixa de ser globalmente dirigido aos SMTUC, e passa a ser repartido entre os SMTUC e a Metro Mondego!

A Sra. Presidente falou num custo de 2 milhões de euros/ano o que, em bom rigor, não corresponde à verdade. Segundo as estimativas elaboradas pelo anterior Executivo, a compensação rondaria pouco mais de 1,8 milhões/ano, prevendo já o aumento de procura decorrente da intermodalidade — que de forma empírica estimámos em +30% nos funcionários municipais e +10% nas restantes modalidades. Sem essa majoração, o valor desce para cerca de 1,6 milhões, ainda assim, sendo certo que a maior fatia reverte para os SMTUC. Recordo que o modelo de repartição de receita aprovado, assenta no critério proporcional aos quilómetros percorridos por cada utilizador durante o mês, sendo que o MetroBus opera atualmente apenas 5 km, face aos cerca de 650 kms da rede SMTUC.

Mais do que uma medida economicista, é por isso uma opção política! Uma opção contra a intermodalidade e, por inerência, contra o uso do transporte público. Com a entrada em funcionamento do Move-C, a CMC deve passar a olhar para o sistema de transportes como um todo, posto ao serviço da comunidade, e não apenas para o interior e defesa setorial e corporativa dos SMTUC.

Mas a preocupação não fica por aqui.

A Sra. Presidente referiu, na última reunião de Câmara, ter constituído um “grupo de trabalho que já está a fazer ações pontuais de reorganização de linhas, porque a introdução do MetroBus e da Busway não se compadecem com mais um ano de estudos”, afirmando que se pretende “poupar linhas redundantes”. Ou seja, além de retirar a intermodalidade aos passes bonificados, retira-se também a possibilidade de circular nos SMTUC em zonas servidas por outros operadores, não restando alternativa senão passarem a andar a pé ou, quem pode, recorrer ao automóvel privado.

Mas se dúvida e esperança houvesse relativamente à possibilidade de reversão desta decisão tecnicamente errada e socialmente reprovável, a clarificação está devidamente plasmada nas GOPS. Não há verba prevista nem para 2026, nem para os anos consecutivos. Apesar disso, apelo à Sra. Presidente que repense este dossier! Chamo ainda à atenção que compete à Autoridade de Transportes aprovar a bilhetética praticada. Por deliberação n.º 4061/2025 (22/09/2025) foi decidido “aprovar a manutenção das bonificações atualmente praticadas nos títulos monomodais dos SMTUC nas diversas tipologias (...), passando as mesmas a aplicar-se aos títulos intermodais válidos exclusivamente no concelho de Coimbra e emitidos pela AGIT”. A retirada deste benefício exige nova submissão e aprovação por parte deste órgão e da AM. Presentemente, o tarifário aprovado não corresponde ao comercializado, pelo que estamos a incorrer numa irregularidade.

Por fim, não posso deixar de refutar as declarações feitas pela Sra. Presidente na última Assembleia Municipal, quando afirmou que em 2025, a CMC colocou nos SMTUC cerca de 15 milhões para cobrir o buraco financeiro. Colocou sim cerca de 1 milhão euros, acrescido da participação municipal de 3,5% do Incentiva+TP (cerca de 200 mil euros). Os 15 milhões a que se refere, integram as verbas recebidas do Governo, designadamente cerca de 5 milhões do programa Incentiva+TP e outros 5 milhões para compensar o passe jovem gratuito. O resto foi para a compra de autocarros. Em nome da transparência, fica resposta a verdade”.

A Senhora Presidente disse que queria uma vez mais agradecer o trabalho da AGIT e nomeadamente da Senhora Vereadora Ana Bastos, garantindo que esse trabalho tem continuado de forma intensa. Respondeu que os 2 milhões mencionados foram dados que obteve dos serviços. Naturalmente que a intervenção da Senhor Vereadora é fundamentada e parte de pressupostos diferentes, o que considera normal. Apresentou os números que tinha, mas lembrou que já tinha dito que este não é um assunto fechado, continuará a ser analisado. A intermodalidade implica reduzir o financiamento aos SMTUC, mas acredita que, com o histórico, a chave de repartição pode ser melhorada a favor daqueles serviços municipalizados. No entanto, um passe intermodal para os funcionários da CMC e/ou para os bombeiros, que possa ser utilizado quer nos SMTUC quer no metro, implica ainda assim um custo muito elevado, pelo que a solução deverá passar pelos trabalhadores pagarem um valor um pouco mais elevado, concluiu.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Senhora Vereadora Maria Lencastre

1. Votos de bom ano

“Sendo esta a primeira reunião do executivo de 2026, e, como com novo ano vida nova para Coimbra. Cá estarei conforme prometi em campanha eleitoral para ser a voz a todos nós cidadãos e contribuir para o real e pleno desenvolvimento da nossa cidade. Foi esse o meu propósito é esse o meu propósito e será essa a minha atuação.

A cidade foi deixada à anarquia em determinados assuntos, noutros de somenos importância para o município era gerida com alegada prepotência.

O tempo da inacessibilidade à Câmara por todos nós acabou, o tempo do posso quero e mando acabou a 12 de outubro de 2025, temos agora tempo para democratizar a câmara e fazer com que todos nos vejam como promotores da qualidade de vida do cidadão.

Durante este ano serão por mim apresentadas várias propostas que visarão sempre a melhoria das condições de vida dos municíipes, a primeira a apresentar será uma solução que considero ser exequível para retirar trânsito à rotunda do Almegue e Casa do Sal. Muitas mais se seguirão.

Coimbra é a capital de Portugal, Coimbra é a capital do distrito, Coimbra tem urgência de dias melhores.

Eu cá estarei sempre num sentido de cooperação institucional, porque para mim, Coimbra é Tudo!

Votos de um bom ano para todos nós”.

Intervenção do Senhor Vereador Miguel Antunes

1. Educação – votos de bom ano

“Começo por desejar um excelente 2026 a todos, pautado por muita alegria, saúde e prosperidade. Hoje trago uma intervenção sobre Educação, uma área absolutamente central para o futuro de Coimbra e onde este Executivo quer ser claro quanto ao rumo que está a seguir.

Começo por assinalar o início do segundo período letivo, desejando um excelente ano de 2026 a todos os alunos, professores e pessoal não docente do nosso concelho”.

2. Escola Eugénio de Castro

“Na passada segunda-feira, tive oportunidade de acompanhar a Senhora Presidente e o Vereador Luís Filipe à Escola Eugénio de Castro, por ocasião da conclusão da primeira fase da sua requalificação. O ambiente vivido foi inequívoco: orgulho, satisfação e sentido de pertença por parte da comunidade escolar.

Quero por isso deixar um profundo agradecimento a todos os envolvidos, começando pelo anterior executivo que foi responsável pelo resultados obtidos até ao momento, pelas equipas e funcionários da Câmara Municipal responsáveis por todo o trabalho desde a conceção, projeto, acompanhamento e fiscalização da obra, às empresas envolvidas e funcionários das mesmas, nomeadamente a San José responsável pela empreitada e a TUU responsável pela fiscalização, pelo profissionalismo e pela forma como têm conduzido os trabalhos.

Finalmente, à comunidade da Escola Eugénio de Castro, pela organização, coordenação, paciência e resiliência que têm demonstrado ao passar por um processo que é, naturalmente, perturbador do normal funcionamento da escola.

Essa realidade resulta de um trabalho contínuo, que atravessa executivos, equipas técnicas municipais e entidades externas. O que importa sublinhar hoje é simples: investir na escola pública transforma a experiência educativa e a dignidade dos espaços onde as nossas crianças crescem. É isso que está a acontecer na Eugénio de Castro e é isso que queremos replicar”.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora Presidente disse que queria deixar um cumprimento muito especial à comunidade da Escola Eugénio de Castro e um agradecimento ao anterior Executivo. A sua palavra especial foi para os pais, elogiou a Associação de Pais, que trabalhou de forma muito próxima com a escola num projeto que não é fácil. Agradeceu ainda à equipa municipal envolvida no projeto de requalificação desta escola, que é um projeto inteiramente municipal, frisou, acrescentando que fazer projetos para escolas não é o mesmo que fazer projetos para casas, mas, felizmente, a CMC tem técnicos e dirigentes de grande qualidade nesta área.

3. Alimentação escolar

“Mas quero centrar a minha intervenção num segundo ponto, estrutural e deliberado: a alimentação escolar e alteração do modelo de refeições escolares para o ano de 2026/2027.

É claro para todos, neste momento, que a alimentação escolar é, para este Executivo, uma política pública estruturante, com impacto direto na saúde, no bem-estar e no sucesso educativo das nossas crianças e jovens, e simultaneamente um instrumento de coesão territorial e de valorização do desenvolvimento local.

É por isso que o Município está a preparar uma evolução do modelo de refeições escolares para o ano letivo 2026/2027, assente numa lógica de proximidade, qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social, garantindo rigor, segurança alimentar e equilíbrio financeiro.

A rede escolar do concelho é diversa. Tratar realidades diferentes como se fossem iguais é má política pública. O que propomos não é um modelo único, mas uma estratégia faseada, prudente e progressiva, que permita testar, avaliar e ajustar soluções., ajustados às especificidades de cada território e comunidade educativa.

Numa primeira fase, o Município prevê avançar com o alargamento dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, enquanto entidades de proximidade e profundo conhecimento do território e tenham capacidades para assumir estas funções, reforçando modelos de proximidade, sem nunca abdicar do enquadramento e da responsabilidade última do Município.

Paralelamente, e de forma articulada, serão preparados outros modelos complementares, que poderão ser gradualmente alargados em fases subsequentes, designadamente soluções de confeção local ou de proximidade, polos de confeção territorializados e modelos mistos, sempre precedidos de avaliação técnica, financeira e operacional.

Este alargamento gradual será acompanhado pela revisão do Caderno de Encargos, de modo a permitir a coexistência de diferentes soluções, reforçando critérios de qualidade nutricional, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, e privilegiando, sempre que legal e tecnicamente possível, a utilização de produtos locais e sazonais, contribuindo para cadeias curtas de abastecimento e para o reforço da economia local.

Importa sublinhar que este processo será desenvolvido com prudência, gradualismo e diálogo institucional, envolvendo as escolas, as Juntas de Freguesia, os serviços municipais e a comunidade educativa, permitindo corrigir, ajustar e consolidar soluções antes do seu alargamento.

Neste âmbito, o trabalho organizado pelo Departamento e Divisão responsáveis pela Educação na Câmara Municipal, aos quais agradeço o empenho neste projeto, que fizeram da seguinte forma o trabalho que se encontra a ser realizado:

- 1) Diagnóstico do modelo atual
- 2) Análise de experiências diferenciadoras e casos de sucesso já existentes em Coimbra
- 3) Análise de casos de estudo externos (ex. Torres Vedras e Paços de Ferreira)
- 4) Criação de um grupo de trabalho com escolas, pais e especialistas independentes.

A prioridade do Executivo é clara: assegurar a todas as crianças e jovens o acesso a uma refeição segura, equilibrada e de qualidade, utilizando os instrumentos de governação local para aproximar o serviço das pessoas, valorizar o território e promover um modelo mais sustentável e resiliente.

Esta é uma opção estratégica, responsável e orientada para o futuro, que reforça a escola pública, a confiança das famílias e o papel do Município enquanto agente ativo de desenvolvimento local.

Por fim, deixo um último ponto — e este não é confortável, mas é necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vamos iniciar em breve a revisão do modelo de fornecimento gratuito de lanches escolares. As análises preliminares apontam para níveis de desperdício alimentar que podem ultrapassar os 50% e, em alguns contextos, ultrapassar largamente este valor, num investimento anual que ronda os 600 mil euros.

Se estes números se confirmarem, estamos a falar de um desperdício que, só por si, poderia financiar uma intervenção escolar por ano.

Isto não é aceitável. Nem do ponto de vista financeiro, nem ético, nem educativo.

Educação é também ensinar responsabilidade, eficiência e respeito pelos recursos públicos.

É esse o caminho que queremos seguir”.

Intervenção da Senhora Vereadora Margarida Mendes Silva

1. Habitação

“Começaria por destacar que já neste início de 2026, os votos de Bom Ano Novo vão verdadeiramente corresponder a Vida Nova para um conjunto de famílias que irão ocupar dez habitações, com tipologias T1 e T2, na reabilitada Casa das Cruzes, na Alta de Coimbra, designada atualmente por Casa Ganhar Autonomia. Esta mesma autonomia vai ser garantida a sete jovens ex institucionalizados, que vão ocupar outras tantas frações, de tipologia T0, num período crucial das suas vidas, de transição para a vida profissional, garantindo num prazo determinado (2 anos) o apoio e a logística indispensável para a sua inserção no mercado de trabalho. Com este propósito, constituindo uma medida inédita na política social da autarquia, celebraremos este mês um protocolo com a PAJE, Plataforma de Apoio a Jovens Ex Institucionalizados, que fará o acompanhamento daqueles jovens e será a estrutura operacional que implementará o programa de apoio social em apreço. Mais do que trabalhar a remissão, também ela importante, fundamental é que se trabalhe a prevenção, objetivo que se atinge com esta medida inovadora em termos nacionais dando o suporte necessário para que após o acolhimento institucional possam estes jovens dispor de um período de consolidação nesta etapa de recomeço das suas vidas.

Acresce ainda, neste mesmo mês de janeiro, a entrega de três casas no Bairro do Ingote e na Alta de Coimbra (Rua Joaquim António Aguiar), para mais três famílias carenciadas. E falando de desafios, vamos avançar para a constituição de uma unidade de missão na Quinta das Bicas, a qual trabalhará preventivamente a integração social e comunitária dos futuros moradores, trabalho que requer envolvimento de equipas qualificadas, gestão de proximidade e diálogo permanente”.

A Senhora Presidente agradeceu a celeridade da equipa da Senhora Vereadora, na atribuição das casas, que já foram inauguradas há algum tempo, mas que agora vão ter novos inquilinos, numa perspetiva inovadora de acolher jovens que estão a sair de casas de acolhimento e que perdem a rede. Frisou que se trata de uma obra do anterior Executivo, o atual limitou-se a atribuir as casas a estes jovens. Isto é política municipal, apoiar estes jovens na sua integração na vida e no mercado de trabalho, tendo em conta que a vida já foi tão dura para eles.

2. Cultura

“Já no âmbito do Pelouro da Cultura, o programa “Cultura no Território” será para nós um projeto da maior importância e que vamos querer trabalhar com os vários parceiros e organismos do nosso tecido cultural associativo, desenhandoo a circulação e o acolhimento de projetos pelas freguesias rurais do nosso concelho de forma estruturada e pensada com as comunidades envolvidas. Apostar numa programação apelativa e diversa, centrada na literatura e na poesia, recuperando a Casa da Escrita para a sua vocação original é outra prioridade que estamos desde já a implementar, sem prejuízo da atenção e do cuidado que outros impactantes e significativos eventos são merecedores, e relativamente aos quais vamos dedicar toda a atenção



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

com vista ao seu crescimento e consolidação, destacando desde já, no primeiro semestre, a Mostra de Doçaria Conventual e Contemporânea e a Feira do Livro”.

Intervenção do Senhor Vereador Luís Filipe

1. Relatório da execução orçamental – 4.º trimestre

O Senhor Vereador informou que foram distribuídos esta manhã dois documentos, para conhecimento dos Senhores Vereadores: o Relatório/resumo trimestral da execução orçamental do 4.º trimestre; o ponto de situação das candidaturas a fundos europeus – 2020, 2030 e PRR.

Relativamente ao relatório de execução do último trimestre, disse que terminaram o ano com 184 milhões de recebimentos, 176 milhões de pagamentos e 7,7 milhões de saldo entre os recebimentos e os pagamentos. Assinalou como muito positiva uma variação de 12 milhões de euros nos impostos diretos, algo que veio trazer um bom equilíbrio ao orçamento.

Frisou que a despesa com pessoal aumentou 4,8 milhões de euros, a aquisição de serviços aumentou 2,5 milhões de euros e as transferências correntes aumentaram 6,6 milhões de euros. A boa performance dos impostos foi o que permitiu à Autarquia aumentar a despesa corrente, concluiu.

2. Relatório do ponto de situação das candidaturas a fundos europeus

Disse que, relativamente ao último ponto de situação feito sobre o Portugal 2030, as novidades são: a candidatura do Jazigo Municipal e a submissão, em dezembro, do Polidesportivo de S. João do Campo. Em preparação para submissão está a intervenção no Centro Olímpico de Piscinas e no Pavilhão Municipal Multidesportos Mário Mexia. Foi, entretanto, aprovada a candidatura do Sistema Integrado Municipal de Emergência em Proteção Civil, não todas as viaturas que a CMC submeteu a financiamento, mas uma parte considerável – aquela que diz mais respeito ao combate a incêndios rurais.

No final de dezembro receberam duas boas notícias: as aprovações das ITI's redes urbanas, das candidaturas “Clima resiliente-UrbCentro” (liderada pela CM Viseu) e também “Centro + Invest” (liderada pela CMC).

◆

ORDEM DO DIA

PONTO I. ADMINISTRAÇÃO GERAL

I.1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 22 de dezembro de 2025

Deliberação n.º 145/2026 (09/01/2026):

- Aprovar a ata da reunião do dia 22 de dezembro de 2025.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO II. RECURSOS HUMANOS

II.1. DRH-DFDO – Reserva de Recrutamento Interno – Proposta de contratação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

indeterminado de 5 Assistentes Operacionais, da área funcional de Apoio Educativo

Face à necessidade de “garantir o normal funcionamento das atividades educativas e de apoio à família, em conformidade com os rácios legalmente estabelecidos”, foi elaborada a informação n.º 115807, de 30/12/2025, da Divisão de Formação e de Desenvolvimento Organizacional, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão e despacho da Senhora Presidente, ambos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 146/2026 (09/01/2026):

- Aprovar o recurso à reserva de recrutamento interna, mediante o recrutamento de 5 postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, para o Departamento de Educação e Saúde, na sequência do Procedimento Concursal Comum para constituição de reserva de recrutamento para ocupação de postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, publicitado através do Aviso n.º 28845/2024/2, publicitado na II Série do Diário da República, n.º 247, de 20 de dezembro, bem como na oferta de emprego publicada na BEP - Bolsa de Emprego Público, com o código OE202412/0707, em cumprimento do disposto nos n.os 5 e 6 do artigo 30.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III. FINANCIERO

III.1. DF-DCR – Situação Financeira – Conhecimento

Foi presente o balancete referente ao dia 31 de dezembro de 2026, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 13.612.186,76€ (treze milhões seiscentos e doze mil cento e oitenta e seis euros e setenta e seis centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 7.744.262,05€ (sete milhões setecentos e quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e dois euros e cinco centavos) e as operações não orçamentais no valor de 5.867.924,71 € (cinco milhões oitocentos e sessenta e sete mil novecentos e vinte e quatro euros e setenta e um centavos).

Deliberação n.º 147/2026 (09/01/2026):

- Tomado conhecimento.**

III.2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 26 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2025) – Conhecimento

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2025 da CMC, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 26 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2025).



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim, foi apresentada a informação n.º 113660, de 19/12/2025, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despacho do Senhor Vereador Luís Filipe, todos dessa mesma data, e despacho da Senhora Presidente, de 22/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 148/2026 (09/01/2026):

- **Tomar conhecimento do despacho da Senhora Presidente, de 22/12/2025, que aprovou a Alteração ao Orçamento n.º 26 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2025) no valor total de 428.126,50 € em reforços e em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2025 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais.**

III.3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 27 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2025) – Conhecimento

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2025 da CMC, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 27 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2025).

Assim, foi apresentada a informação n.º 115787, de 30/12/2025, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despacho da Senhora Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 149/2026 (09/01/2026):

- **Tomar conhecimento do despacho da Senhora Presidente de 30/12/2025, que aprovou a Alteração ao Orçamento n.º 27 e às Grandes Opções do Plano (GOP) (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2025) no valor total de 80.000,00 € em reforços e em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2025 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelo pedido de desembolso constante do ofício n.º 2676 dos SMTUC.**

III.4. DF-GCOF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 da CMC

No seguimento das propostas dos serviços municipais apresentadas em resposta ao Despacho n.º 21/PR/25, de 22 de julho de 2025, e posteriores reuniões preparatórias e validação final pelos Senhores Vereadores dos pelouros, foram instruídos os documentos previsionais para 2026 - “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que determina o regime jurídico das autarquias locais), e posteriores alterações. Acresce, ainda, a legislação respeitante à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriores decretos-lei, que concretizam o quadro das respectivas transferências de competências).

O Senhor Vereador Luís Filipe deu nota que este Orçamento e respetivas Grandes Opções do Plano resultam de um processo de preparação longa onde foram analisadas as propostas dos serviços municipais, tal como de reuniões que tiveram com os restantes partidos políticos representados e reuniões com as Juntas de Freguesia. Referiu que à partida tinham uma proposta de orçamento já elaborada, sendo que a grande questão que se encontrava por fazer eram as reuniões supramencionadas de acordo, reuniões essas que considera as mais difíceis porque a expectativa dos vários atores ultrapassava muito a capacidade disponível do ponto de vista da receita. Deu conta que o orçamento é de cerca de 260 milhões de euros e tem uma variação de 10,948 milhões de euros em relação ao orçamento de 2025 o que, nesse sentido, aponta para um orçamento de maior dotação, tendo três notas principais, ou seja, uma é de continuidade, uma vez que se o orçamento tivesse sido apresentado pelo anterior Executivo Municipal o mesmo seria 98/99% semelhante, admitindo uma variação de 3 ou 4 milhões de euros. Reiterou que este é um orçamento de continuidade, principalmente porque responde, nas despesas de capital, àquilo que são os financiamentos aprovados aos compromissos assumidos, particularmente os plurianuais. Por outro lado, lembrou que o “segredo” é a capacidade de angariar financiamento para associar a uma maior capacidade de investimento. Salientou que este é um orçamento de clara incerteza porque este será o último ano de vigência do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), lembrando que irão ter mais dinheiro do que “tempo”. Desta forma, disse que não terá capacidade de dizer que irão conseguir concluir todas as obras no tempo definido, face ao estado do mercado da construção. Por outro lado, disse que têm em algumas candidaturas uma variação entre um diferencial entre o valor aprovado e o valor de financiamento e o valor de investimento, como por exemplo nos casos da Quinta das Bicas ou da Escola Eugénio de Castro, lembrando que há valores de variação entre aquilo que é o investimento e o que é o financiamento, dando conta que se as reprogramações que estão em curso não forem aprovadas significará incerteza e, eventualmente, a necessidade de recorrer a empréstimo para satisfazer o diferencial entre o valor financiado e o investimento total, algo que o orçamento municipal não comporta. Assinalou que esses diferenciais podem vir a ser colmatados com as reprogramações ou com as alterações que estão a ser definidas, referindo que se houver um diferencial de 1 ou 2 milhões de euros o orçamento tem capacidade para o absorver, mas que não o terá se esse diferencial for de 10 milhões de euros. Por outro lado, o Senhor Vereador disse que o orçamento tem uma marca própria do atual Executivo Municipal, referindo que as suas primeiras páginas estão muito em linha com as prioridades que foram definidas pela Coligação Avançar Coimbra e pelo Executivo, nomeadamente apoiar os cidadãos e as famílias, atribuir investimento e criar emprego qualificado e melhorar a qualidade de vida. Assim, disse que essas são as 3 áreas estruturantes do programa e fazendo uma ligação dessas ambições àquilo que são as várias linhas de investimento estão previstas nas GOP, respondendo à habitação, à mobilidade, à ambição do espaço público, à instalação de empresas, à educação, à cultura no território, no grande aumento do apoio às Freguesias, nomeadamente cerca de 10% e, também, na requalificação dos edifícios do Município, onde as instalações não correspondem àquilo que consideram o mínimo de dignidade do espaço que as pessoas ocupam para exercer as suas funções, tal como o caso, por exemplo, do Arquivo Municipal, do Centro de Recolha Animal, de parte dos balneários no Algar, dos espaços internos do edifício principal da Câmara Municipal ou dos armazéns municipais, de forma a que as pessoas tenham conforto no seu local de trabalho. Por outro lado, salientou que o orçamento da receita é igual ao orçamento da despesa, dando conta que a receita corrente tem 178 milhões de euros, a receita de capital tem 81 milhões de euros, a despesa corrente tem 155 milhões de euros e a despesa capital tem 104 milhões de euros. Referiu que para terem despesa de capital mobilizaram mais receita corrente dos anos anteriores para tentar satisfazer a despesa de capital, recordando que as despesas de capital são de 104 milhões e que as verbas de fundos europeus anuais rondam os 74 milhões de euros. Do ponto de vista do orçamento da receita,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

mencionou que dependem de 3 grandes componentes, os impostos diretos (26%), as transferências correntes (25%) e transferências de capital (27%), recordando que a forma de encontrar receita está relacionada com impostos, transferências e capacidade de captar fundos para investir. No que diz respeito ao orçamento da despesa, deu conta que têm, também, três rubricas principais, despesas com pessoal, que pesam 23%, ou seja, 60 milhões de euros, aquisições de bens e serviços, cerca de 61 milhões de euros, que pesam quase 24%, e as aquisições de bens de capital, que pesam 32,87%. Acrescentou que estas 3 rubricas chegam quase a 80% e justificam aquilo que são os agregados principais. Quanto à despesa corrente, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, referiu que já verificaram pelas contas, até final de 2025, que são aquelas que, mesmo se não se faça nada, aumentam todos os anos, nomeadamente as despesas com pessoal que rondam os 5 milhões de euros, o que implica que, todos os anos, têm de olhar para a receita para fazer face a esta evolução constante, assinalando que, do ponto de vista da despesa, o que mais o preocupa é, de facto, o crescimento da despesa com pessoal e aquisições de bens e serviços. Por outro lado, disse que as GOP refletem a capacidade de investir, verificando que, por área orgânica e de grosso modo, tende a existir um crescimento, embora existam algumas áreas onde diminui, lembrando que onde existem áreas que diminuem, simplesmente diminuem porque não têm fundos europeus, mencionando que a busca de fundos europeus, no fundo, balanceia a capacidade de fazer investimento por setor. Deu o exemplo que, no desenvolvimento económico, os bairros digitais do ano passado para o atual baixam 770.000 euros não porque o projeto não seja importante, mas porque é o ciclo de vida desse projeto. No caso da Prodeso, disse que têm uma expectativa de utilizar menos 200 mil euros durante este ano, o que não tem a ver com diretamente com o investimento empresarial, enquanto no FundBox havia, no ano passado uma transferência que este ano não está prevista. Salientou que as variações em algumas áreas não correspondem, de forma nenhuma, a uma opção política de não quererem menos investimento em determinada área, resultando da dependência quase absoluta em termos daquilo que são os fundos europeus para investir, dando conta que as GOP “navegam” um pouco à medida da capacidade de angariar fundos europeus. Acrescentou que há algumas variações na despesa, nomeadamente, custos com pessoal mais 5 milhões de euros, aquisição de bens e serviços mais 5 milhões de euros, aquisição de bens de capital mais 34 milhões de euros para o ano de 2026, uma vez que é o ano final para aproveitar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Do lado da receita, disse que têm despesas correntes de mais de 9 milhões de euros, transferências de capital mais 50 milhões de euros que resultam dos Fundos europeus. Quanto aos passivos financeiros deu esta nota que, este ano, vão utilizar os empréstimos, nomeadamente um desembolso para o Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) que já fizeram no início, fazendo, durante o primeiro trimestre, os desembolsos subsequentes no que diz respeito à aquisição dos autocarros elétricos. Sublinhou que existe, de facto, o aumento de verbas para as Freguesias, tendo conseguido encontrar uma forma de aumentar a dotação das Freguesias, aumento próximo esteja dos 10%.

A Senhora Presidente disse que se comprometeram, na reunião que tiveram com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a atualizar à inflação, na primeira oportunidade de revisão do orçamento, duas componentes, nomeadamente a componente da limpeza urbana e a manutenção dos espaços verdes. Acrescentou que havia poucas freguesias que tinham verbas para a manutenção das calçadas, pelo que irão iniciar um diálogo com os Senhores Presidentes de Junta no sentido de encontrar o indicador rigoroso para fazer o cálculo desse valor e encontrar uma racionalidade para que não seja um critério aleatório e para que possa haver, também, a possibilidade de outras Juntas de Freguesia poderem ter essas verbas. A Senhora Presidente lembrou que a Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais era a que tinha maior verba, pelo que deixaram uma verba simbólica de forma a abrir precisamente esta negociação. No entanto, referiu que têm de encontrar um critério objetivo que terá de ser articulado com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Mencionou que gostou muito de conhecer os Presidentes de Junta que não conhecia e que crê que têm condições de trabalhar bem em conjunto, uma vez que os mesmos têm um conhecimento maior dos problemas e têm, também, propostas que devem ouvir e implementar. Desta forma, deu conta que irão fazer em janeiro uma primeira reunião com os Senhores Presidentes de Junta e alguns Diretores de Departamento, referindo que vão ter essas reuniões setoriais de 2 em 2 meses, discutindo assunto a assunto, dado que assim é



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

uma maneira de, também, pressionarem os serviços a dar respostas aos e-mails e aos pedidos dos eleitos locais. Assim, a Senhora Presidente lembrou os serviços municipais que os senhores Presidentes de Junta são eleitos e que têm tanta legitimidade como o Executivo Municipal, pelo que todos os seus pedidos e os seus e-mails devem ser lidos e encarados com toda a prioridade, devendo haver sempre uma resposta em tempo útil, mesmo que não seja, ainda, uma resposta positiva, lembrando que mesmo que tenham um gabinete dedicado ao apoio às Freguesias, há muitos assuntos que passam por outros Departamentos. Por outro lado, salientou que, com os dois meses de trabalho do atual Executivo Municipal, este orçamento é, naturalmente, um ponto de partida e não um ponto de chegada. Neste sentido, referiu que já estão a trabalhar em candidaturas que lhes vão permitir aumentar a receita e que vão permitir, também, fazer investimento. Deu como exemplo um Aviso do Centro 2030 e que já está a permitir trabalhar, nomeadamente a equipa dos espaços verdes, numa candidatura para renaturalização das margens do Mondego, da área da Praia do Rebolim até à Portela, tal como a possibilidade de fazermos o desassoreamento do rio, dando conta que irão ter uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) nesse sentido, de forma que esse projeto possa, também, cuidar da limpeza e da valorização das ribeiras urbanas, referindo que essas intervenções têm de se intervenções naturais. Por outro lado, deu conta que estão a preparar projetos para as áreas de localização empresarial e que a equipa do iParque, E.M., S.A. trabalhou para ser submetida uma candidatura ao Centro 2030 para a segunda fase que está em análise, aguardando uma decisão para breve. Transmitiu estão, também, a trabalhar para um empréstimo BEI para áreas de localização empresarial, para a requalificação e ampliação da zona de Eiras e em Souselas, tendo em conta as notícias que tiveram de prolongamento da A13 e que vai ao encontro daquilo que era a defesa do anterior dos anteriores Executivos Municipais, pelo que, agora, há que comprar terrenos e fazer uma parte administrativa e burocrática grande e preparar a candidatura, porque, também, esse empréstimo BEI será importante. Deu conta que estão a preparar projetos de eficiência energética, tal como é urgente fazer uma intervenção da Casa da Escrita, dado que chove na mesma. Lembrou que a própria Casa da Cultura também tem necessidade de investimentos, pelo que estão a avançar com os projetos que possam ter maior probabilidade que, mesmo perante um empréstimo BEI, se depois vierem a ter financiamento com o Portugal 2030, poderem depois sanear esse empréstimo. Quanto à requalificação dos edifícios do Município, referiu que vão ter de a fazer gradualmente. Sobre a habitação, mencionou que terão, também, a oportunidade de iniciar novos projetos de investimento, dando conta que têm um levantamento feito de todos os terrenos que são propriedade do município, estando, agora, a fazer de forma exaustiva a contabilização da sua capacidade construtiva e a verificar se haverá, também, um empréstimo BEI para fazerem os loteamentos e para construírem habitação, depois da conclusão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, assinalou que há um claro risco de muitos projetos do PRR não serem totalmente concluídos durante a execução do PRR, algo que não vai acontecer só em Coimbra, não estando com isto a fazer qualquer crítica, uma vez que é patente o aquecimento do mercado de construção ou do facto dos concursos ficarem desertos, dos preços serem proibitivos. Assim, afirmou que vão ter muita dificuldade em lançar obra em 2026, pelo que terão de preparar todos os processos para depois de terminado o PRR, lançando apenas os procedimentos depois dessa data, casos contrários estão sujeitos a preços proibitivos. Assegurou que têm a garantia por parte do Governo, em reuniões em que esteve na qualidade de Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, de que esses projetos que estão em obra, com verbas do PRR possam vir a ser concluídos, mas com verbas do empréstimo BEI, embora já não a 100% a fundo perdido. Lembrou que esta é uma situação que a maioria dos Municípios estão a enfrentar, quer na habitação ou nas várias áreas que o PRR cobriu. Deu, ainda, nota de que estão, provavelmente, em condições de poder anunciar que, muito em breve, irão assinar contrato com as Infraestruturas de Portugal para receber a Estação Nova, referindo que teve uma conversa com o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e que têm vindo a trabalhar para tal. Lembrou que tinham a intenção de instalar na Estação Nova a Agência de Inovação e Investimento, mas, também, um projeto cultural ou outros projetos, dando conta que a Escola 42 também será instalada no espaço que carece de intervenção. Portanto, afirmou que terão, felizmente, alterações orçamentais e que visarão aproximar mais este Orçamento àquilo que são os objetivos do atual Executivo Municipal, os quais crê que não são contestados porque visam fazer melhor cidade, criando melhor condições para que as jovens famílias escolham ficar e criando maior atratividade para



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

as empresas. Porém, assinalou que o Metrobus é um tema que os preocupa, informando que irão iniciar, na próxima semana, obras na Avenida Sá da Bandeira com grande intensidade, comunicando que haverá cortes de árvores na Rua Lourenço de Almeida Azevedo, algo que explicarão durante a próxima semana. Disse, ainda, que haverá condicionamentos de trânsito que serão comunicados e que haverá, também, necessidade de repensar muitas estações do Metrobus, que estão desligadas ou deslaçadas da cidade, tendo de fazer investimentos dessas estações para os colégios, dado que há que fazer escadas, há que fazer passagens. Assinalou que têm muitas paragens do metro que, depois, necessitam de investimentos para canalizar as pessoas para essas paragens, nomeadamente a estação de metro da Portela, trabalho este que já foi iniciado pelo anterior Executivo e que estão a continuar e a incluir mais questões, como, por exemplo, a questão dos acessos ao Polo I ou da mobilidade entre o Polo I e o Polo II, questões que, também, estão a tratar com a universidade e da qual darão nota muito brevemente.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador José Manuel Silva** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:
"Quero começar por saudar o facto de se manter a mesma organização do Orçamento, correspondente à estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra, o que o torna de mais fácil leitura. Independentemente de eventuais alterações futuras na Câmara, será saudável que este princípio se mantenha."

O primeiro ponto que pretendo salientar é que, de 2022 para 2026, a receita dos impostos diretos passa de 47M€ para 67M€, o que, por um lado, atesta as reais dificuldades financeiras com que herdámos a Câmara há 4 anos atrás (nós tínhamos razão nas nossas queixas), e, por outro lado, confirma a enorme folga financeira com a qual transmitimos a Câmara ao novo executivo, com mais 42,5% de receita nos impostos diretos! Impressionante! De 2025 para 2026, quando o resultado da nossa política se vai intensificando, esse aumento é de 56 para 67 M€, mais de 11M€ em apenas um ano!!! De que se queixa, Senhora Presidente, quando tanto nos criticou por não termos resolvido tudo em 4 anos? Agora, tem muito mais e melhores condições do que nós tivemos para o fazer.

Mais 20 milhões de impostos diretos, num único mandato, com uma robusta subida do IMT, que ultrapassou o IMI, além de outros parâmetros muito positivos, confirmam a notável gestão económica e financeira do nosso Executivo e forte dinâmica global introduzida no concelho, como resultado da nova organização da Câmara, das novas orientações estratégicas e das novas dinâmicas multissetoriais introduzidas. Por exemplo, de 2022 para 2026, as transferências correntes previstas passam de 38 para 64M€, mais 68,4%, e as transferências de capital passam de 22 para 71M€, mais 222%, o que se deve a múltiplos fatores, incluindo a descentralização, os projetos financiados em curso e um ligeiro aumento das transferências do OE, pela aplicação da Lei das Finanças Locais. Nós herdámos um orçamento de 167M€ e, em apenas 4 anos, deixamos um orçamento de 260M€, um aumento de 55%. Todos estes números atestam o êxito da estratégia global da nossa governação. Desafio o executivo da Senhora Presidente a repetir estas percentagens de crescimento nos próximos 4 anos! Disse tão mal da nossa gestão, que certamente lhe será fácil fazer muito mais e muito melhor e sem inventar desculpas. Vamos acompanhar com atenção e analisar com interesse construtivo os próximos orçamentos.

Perante estes números é evidente e indescutível que atual executivo vai colher os louros do trabalho desenvolvido nos últimos 4 anos, são muitas dezenas de milhões a mais relativamente à Câmara Municipal que recebemos há 4 anos das mãos do partido socialista!

Aqueles que dizem que a Câmara esteve estagnada durante o nosso mandato, como explicam estes números excepcionais e sem paralelo? E que dirão sobre o mandato que nos precedeu, que reduziu a receita em impostos diretos de 50M€ para 47M€? Que a Câmara esteve moribunda durante os dois mandatos PS que nos precederam?

Achei curiosa a sua afirmação, Senhora Presidente, de que “o aumento da receita do IMI serviu para pagar dívidas, à SUMA e às Águas de Coimbra”. Qual a admiração?! Todos os anos é assim, no fim do ano acertam-se contas, fazem-se pagamentos e prepara-se o futuro.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ainda bem que deixámos os cofres cheios para pagar o que era necessário pagar, incluindo dívidas que nós herdámos do executivo que nos precedeu, e para que a Senhora Presidente pudesse preparar o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Coimbra!

Este maior orçamento de sempre, 260 M€, é resultado do trabalho intenso da nossa equipa de vereadores e de todos os dirigentes e trabalhadores camarários, a quem volto a agradecer a sua admirável dedicação durante o nosso mandato, e que agora cumprimento e elogio igualmente pela qualidade dos documentos sob análise na presente reunião. Em conjunto fizemos muitos pequenos milagres.

Estes dados, que são oficiais, retiram qualquer argumento ao atual executivo para se chorar com falsos buracos financeiros e, sobretudo, eliminam qualquer justificação para o executivo tentar inventar desculpas para não cumprir todas as promessas e compromissos assumidos na campanha eleitoral que, repito, foram enfaticamente referidas pela candidata Ana Abrunhosa para um período de apenas 4 anos.

Porquanto os números não mentem, nem consigo imaginar o que diria a Senhora Presidente se tivesse herdado a Câmara nas péssimas condições económicas e financeiras em que nós a herdámos há 4 anos atrás...

Com a atual dinâmica económica, social, cultural e demográfica de Coimbra, as receitas vão continuar a aumentar nos próximos anos e permitirão uma cada vez maior margem de investimento no concelho, sem necessidade de aumentar quaisquer impostos sobre os municíipes, eventualidade que não foi apresentada à população no programa da coligação ‘avançar Coimbra’. A Senhora Presidente é economista, sabia muito bem da real situação da Câmara de Coimbra e de como melhorou no nosso mandato.

Como demonstrámos nestes 4 anos, o segredo para Coimbra, que, para uma distinta economista, não é segredo nenhum, está em continuar a promover o desenvolvimento económico, cultural, social e demográfico do concelho, que induz saudavelmente um aumento progressivo da receita, o que nos permite acomodar mais despesa, nomeadamente de investimento, sem provocar desequilíbrios. A opção nunca poderá estar em sobreendar a população com subidas dos impostos! Senhora Presidente, se não estragar o que nós fizemos nestes 4 anos, e desejamos que faça melhor, o presente mandato pode ser um mandato extraordinário para Coimbra, como iria ser nas nossas mãos, sem quaisquer desculpas.

É neste enquadramento que me choca profundamente a maneira como ouço o Executivo e os deputados municipais socialistas referirem-se à Manifesta da forma como o fazem, procurando denegrir, menorizar e transformar em “problema” uma das maiores conquistas culturais de sempre de Coimbra, trazendo para o nosso concelho a maior bienal nómada de arte contemporânea do mundo, com um enorme retorno tangível e intangível para Coimbra e a Região, a múltiplos níveis.”

Neste momento, a Senhora **Presidente** interrompeu o Senhor Vereador José Manuel Silva alertando-o para o tempo.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** alertou a Senhora Presidente de que não há tempo limite no Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Coimbra para as intervenções dos Senhores Vereadores durante a discussão de processos da Ordem do Dia. O Senhor Vereador afirmou que está a fazer uma intervenção sucinta, sendo que, naturalmente, a perspetiva depende de quem a olha, pelo que iria continuar a sua intervenção porque o Regimento não limita as intervenções e está em causa o documento mais importante do concelho, respeitando que a Senhora Presidente tenha uma visão diferente, mas estão a falar justamente dos documentos mais importantes.

A Senhora **Presidente** disse ao Senhor Vereador José Manuel Silva que, sem mais demoras, tinha mais um minuto porque já estava a falar da Manifesta e daquilo que lhe apetecia.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** recordou a Senhora Presidente que estava a falar da Manifesta porque esta faz parte do Orçamento.

A Senhora **Presidente** disse que o Regimento prevê intervenções sucintas.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Vereador José Manuel Silva afirmou que isso era subjetivo.

A Senhora Presidente disse que, por essa razão, era ela quem estava a conduzir os trabalhos e que lhe daria mais um minuto.

O Senhor Vereador José Manuel Silva disse que esta situação nunca aconteceu na discussão de um Orçamento e que se estava a perder a democracia em Coimbra.

Nesse sentido, o Senhor Vereador José Manuel Silva continuou a sua intervenção, abaixo transcrita:

“Eu pensava que os partidos de esquerda apreciavam a Cultura, mas enganei-me. Para a coligação Avançar Coimbra um extraordinário e ímpar investimento em Cultura e na rua da Sofia é, afinal, um problema!

Eu pensava que a Coligação Avançar Coimbra estaria feliz com o Governo, que garante 50% do investimento necessário para a realização da Bienal, mas não, o atual Executivo tem insónias porque, em 3 anos, repito, em 3 anos, a Câmara, a Universidade e o CAPC têm de garantir os outros 50%, como já tinham acordado fazer.

Nós concorremos à Câmara de Coimbra, se tivéssemos ganho as eleições estariamos felizes por termos a oportunidade de fazer este investimento singular em Cultura e na Bienal Manifesta, não estariamos a queixarnos pelo custo inerente, mas sim a regozijar-nos pelo brutal retorno tangível e intangível para Coimbra e para a Cultura em Coimbra do investimento na realização da Manifesta 17 em Coimbra, um passo também importante para uma eventual futura nova candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, um processo que, recordemos, o PS falhou estrepitosamente.

Este orçamento para 2026 é a prova de que há recursos financeiros mais do que suficientes para organizar a Bienal Manifesta e para continuar a investir em Cultura no concelho de Coimbra, um dos pilares estratégicos do nosso desenvolvimento.

Por isso, insisto, Senhora Presidente, compre o Colégio de São Boaventura, a Câmara tem todas as condições para o adquirir e é muito importante para se iniciar a reabilitação da Rua da Sofia e para a Manifesta em 2028. Lembro que o Programa Centro 2030 lançou um Aviso de concurso que dará apoio à requalificação, proteção, valorização e conservação de bens imóveis que integrem a lista do património cultural da UNESCO; do aviso não constam os municípios como destinatários, mas é uma questão de trabalhar esse pormenor, caso a Câmara adquira este Colégio.

A esta hora, os amantes da Cultura em Coimbra devem estar arrependidos dos votos que eventualmente possam ter entregado à coligação Avançar Coimbra. Ouvir o partido socialista transformar a Manifesta 17 em ‘um problema’ e ouvir o silêncio dos restantes componentes da coligação é, para mim, absolutamente confrangedor, mas devo dizer que não me surpreende.”

Neste momento a Senhora Presidente interrompeu o Senhor Vereador José Manuel Silva dizendo-lhe para terminar a sua intervenção.

O Senhor Vereador José Manuel Silva perguntou à Senhora Presidente se iria cortar-lhe a palavra.

A Senhora Presidente reiterou ao Senhor Vereador José Manuel Silva para terminar a sua intervenção, acrescentando que há intervenções que têm a sua utilidade e que há outras que é um “sacrifício”, intitulando o Senhor Vereador de “guerreiro do teclado”, sugerindo que se “vingasse no teclado” e que tivesse consciência de que os conimbricenses deram o voto ao atual Executivo Municipal e que se mentalizasse de que perdeu as eleições e que vivesse com isso.

O Senhor Vereador José Manuel Silva apelou a que a Senhora Presidente, como vencedora, fosse “indulgente, paciente e democrata” e que deixasse a oposição falar.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Presidente** afirmou que não deixava porque as intervenções são sucintas.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** reiterou que estava a fazer uma intervenção sucinta.

A Senhora **Presidente** insistiu para que o Senhor Vereador se “vingasse no teclado”, dando conta de que, como não lê redes sociais, “vive lindamente com isso”. No entanto, disse que, se calhar, já há cidadãos que começam a pensar que o Senhor Vereador ainda não se mentalizou que perdeu a Câmara Municipal e que continua a ter o mesmo comportamento que o levou a perder.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** assegurou à Senhora Presidente para não se preocupar com essa questão porque não voltará a ser candidato à Câmara Municipal, recordando a Senhora Presidente que o Senhor Vereador estava a cumprir o papel para o qual foi eleito.

A Senhora **Presidente** retorquiu que já não havia “paciência para essa arrogância”.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** afirmou que estava a desempenhar o seu papel de oposição, para qual foi eleito pelo povo.

A Senhora **Presidente** reiterou que o Senhor Vereador José Manuel Silva tinha mais um minuto para concluir a sua intervenção ou tirar-lhe-ia a palavra definitivamente e que o Senhor Vereador poderia acusá-la do que quer que fosse, porque aquilo que o Senhor Vereador diz ou faz é-lhe totalmente indiferente.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** assinalou que, pelos vistos, não lhe estava a ser indiferente.

Neste sentido, a Senhora **Presidente** concedeu mais 1 minuto ao Senhor Vereador para concluir, dando conta que estiveram no Seminário Maior, da parte da manhã, com um padre “maravilhoso”, e que não lhe parece que lhe fique bem essa função de “batina”.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** disse que essa era uma função para a qual não teve vocação quando era pequeno, continuando a sua intervenção, abaixo transcrita:

“Da mesma forma, ouvir o partido socialista e os restantes membros da coligação Avançar Coimbra qualificarem como “buraco financeiro” um extraordinário investimento em habitação social, que aproveita 4 dezenas de milhões de euros do PRR, aguardando um mais do que certo reforço do financiamento por parte do PRR, e reabilita um loteamento parado há décadas e a contribuir para a degradação da envolvente, onde se está a empreender um bairro de qualidade superior para habitação camarária, resolvendo os problemas de habitação condigna a 268 famílias carenciadas, permite-nos compreender porque é que, nos 8 anos que nos precederam, o PS, lamentavelmente, não construiu uma única habitação social nova, o que é paradigmático. Representa mesmo falta de consciência social.

Senhora Presidente, porque herda uma Câmara pujante, um concelho em desenvolvimento e uma receita em crescimento uniformemente acelerado, deixe de se queixar (de que não há dinheiro em Coimbra).

Uma nota ainda sobre as obras coercivas e expropriações, de que tanto se fala. O financiamento definido de 2800€ para 2026 e de 100000€ para cada um dos anos seguintes, relativamente a obras coercivas, e o valor previsto para aquisição e expropriação de terrenos e edifícios, 675000€ em 2026 e 2M€ em cada um dos anos seguintes demonstra a enorme distância entre a retórica do executivo e o orçamentado.

Felizmente que os investimentos privados...”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Neste momento a Senhora **Presidente** interrompeu o Senhor Vereador José Manuel Silva dizendo-lhe que o seu tempo havia terminado, tendo o Senhor **Vereador José Manuel Silva** solicitado que ficasse registada em ata a interrupção da sua intervenção.

O Senhor **Vereador João Francisco Campos** deu nota que por aquilo que ouviu iria votar pela abstenção porque era o primeiro orçamento do atual Executivo Municipal. Do mesmo modo, assinalou que o Senhor Vereador Luís Filipe disse que este era um orçamento de continuidade, onde 98 ou 99% seria exatamente idêntico ao elaborado pelo anterior Executivo Municipal, o que lhe causa alguma estranheza porque acompanhou a campanha eleitoral e pensou que já teriam mais algumas diferenças do que as que verdadeiramente temos. Acrescentou que também é dito que aqui uma diferença de investimento de 2 ou 3 milhões de euros, questionando quais é que são as efetivas alterações ou diferenças. Por outro lado, disse que verificava um desinvestimento na Prodeso, embora assinalar que a Prodeso é o ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra, que dá formação e que teve um aumento de 50 alunos para quase o dobro. Da mesma forma, disse que vê um desinvestimento no iParque, E.M., S.A. e que isso o preocupa, dando conta que já se fala em alguns nomes para a nova administração do iParque, embora saliente que se forem aqueles que tem ouvido falar tem uma grande estima e julga que poderão fazer um excelente trabalho, mas que, depois, perceberão em condições e como é que o farão, questionando o porquê desse desinvestimento. Por outro lado, evidenciou que a área social o preocupa, uma vez que tem ouvido falar da área social de uma forma um pouco leviana e como são buracos financeiros, dando como exemplo o caso de o atual Executivo Municipal ter qualificado a Quinta das Bicas como sendo um “buraco financeiro”. Nesse sentido, lembrou que já falaram acerca do assunto e que a Senhora Presidente voltou a falar disso na Assembleia Municipal de que há um “buraco” de 11 milhões de euros. Contudo, recordou que não se podem prometer 1000 habitações, embora olhem para o orçamento e estão enumerados uma série de prédios e de novos fogos a construir, questionando quais desses fogos é que não são aqueles que transitaram do passado para agora, parecendo-lhe que são todos transitados do mandato anterior. Relembrou que, em 2021, não havia nada acerca desse assunto, que transitasse do Executivo Municipal anterior do Partido Socialista, existindo apenas o anteprojeto do planalto do Ingote, projeto este que já foi “cortado” do planalto. Porém, o Senhor Vereador assinalou que não é um “buraco”, uma vez que mesmo que a Câmara Municipal tivesse de investir 11 milhões de euros na Quinta das Bicas para 268 fogos, isto não seria um “buraco” porque estão a falar de 268 famílias. Acrescentou que quando se prometem 1000 novas habitações, tem de se fazer as contas, mesmo falando em cooperativas ou de outras possibilidades, questionando qual é o valor desse investimento, dado que estão a falar de muitas dezenas de milhões de euros. Evidenciou, ainda, que quando estão a falar que um quarto ou mais de um quarto desse investimento é feito na Quinta das Bicas, não podem falar em “buracos”, embora perceba que haja uma lógica política, mas que não podem falar assim da área social. Deu conta que, quando tomou posse como Presidente da União das freguesias de Coimbra, em 2017, encontrou um caso na Conchada, de uma Senhora que vivia em condições desumanas, tendo telefonado, na altura, ao Senhor Vereador Jorge Alves, que tinha o pelouro dessa área, para saber em que posição estaria essa senhora na lista de atribuição de habitações, tendo-lhe sido respondido que estaria em 3.º ou 7.º lugar. Contudo, lembrou que, infelizmente, essa senhora foi para um lar e faleceu antes de ser chamada para uma habitação social. Nesse sentido, apelou para que se tivesse muita atenção nesta área. Por fim, reiterou que gostaria de saber, efetivamente, então quais são as grandes diferenças no orçamento. Lembrando que, tal como referiu o Senhor Vereador Miguel Antunes, não podem tratar de realidades diferentes como sendo iguais, lembrando a Senhora Presidente de que as Freguesias, também, não são todas iguais, no que diz respeito às calçadas, dando conta que não é verdade que seja Santo António dos Olivais que receba mais quer nas calçadas, quer na descentralização, mas sim a União das Freguesias de Coimbra, mas que isso está relacionado com as negociações que fizeram, ao contrário da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, que não aceitou essas competências. Recordou que este foi um trabalho muito grande por parte da União das Freguesias de Coimbra, em relação às calçadas, e que começou já no seu primeiro mandato de 2017 a 2021, dando conta que o Senhor Presidente Dr. Manuel Machado depois acabou por não querer, tendo o seu secretário, na altura, Dr. Ricardo Lino, lhe solicitado um mínimo de 10 páginas para explicar o porquê da



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

situação, embora a União de Freguesias quisesse apenas ajudar. Acrescentou que o que o Senhor Vereador Miguel Antunes disse, numa outra realidade, é verdade, até porque se as escolas nas Freguesias são diferentes, também é realidade que as Freguesias são diferentes e que, portanto, não podem tratar de forma igual o que é diferente, sendo isso que sugeria.

O Senhor **Vereador Celso Monteiro** disse que estavam a discutir aquele que é o documento mais importante do ano, o Orçamento e as GOP para 2026, a “bússola” que deveria guiar a cidade, mas que aquilo que este documento mostra é outra coisa, ou seja, uma distância crescente entre o discurso político do Executivo e a realidade financeira que os próprios serviços municipais colocam no papel. Deu conta que, durante os últimos meses, ouviram a mesma narrativa, que a Câmara Municipal estaria financeiramente asfixiada e sem margem para aliviar impostos ou para fazer escolhas diferentes. Contudo, assinalou que quando olham para os números, nomeadamente para o equilíbrio corrente, o cenário é outro, uma vez que há excedente, há folga e há receita a crescer mais do que a despesa. Desta forma questionou porque é que não há obra se há dinheiro. Assim, assinalou que a resposta não lhe parece técnica, mas sim política, questionando se o atual Executivo Municipal não tem ambição para a cidade ou se está a adiar decisões, projetos e investimentos à espera de um momento politicamente mais conveniente. Referiu que isso não é tão estratégica, é gestão de calendário. Salientou que este Orçamento vem, também, confirmar aquilo que a Iniciativa liberal tem vindo a dizer desde o início, ou seja, que a descida de impostos em Coimbra não é uma impossibilidade orçamental, mas sim uma opção política. Recordou que as propostas da Iniciativa Liberal de alívio fiscal, que já foram debatidas em duas vertentes, nomeadamente a questão do IRS e a questão das taxas, teriam um impacto inferior a 1 milhão de euros, menos 0,5 do orçamento total, um valor perfeitamente comportável para quem apresenta excedentes e crescimento de receita, mas que o Executivo insiste em ignorar, preferindo manter a carga fiscal sobre as famílias e empresa. O Senhor Vereador disse, ainda, que quanto às áreas que são invocadas como prioritárias, neste documento, logo nas primeiras páginas, tal como a educação, a ação social e a habitação, continuam a ouvir muitas boas intenções, o que por si só já é um bom princípio, mas que há poucos detalhes. Assim, referiu que falta concretização, falta calendário, falta saber como e quando é que estes investimentos vão sair do papel, sabendo que este é um documento que parte da incerteza. Quanto às freguesias, o Senhor Vereador disse que a Iniciativa Liberal acredita na descentralização e na proximidade, considerando que este aumento das Freguesias é positivo e faz todo o sentido. Contudo, disse que lhe faz confusão que este processo esteja a ser conduzido não por um qualquer Vereador, mas pelo Presidente da Concelhia do Partido Socialista. Desta forma, afirmou que espera que todas as Freguesias sejam tratadas de forma justa e proporcional, sem distinções políticas, esperando que isto não seja a “velha tática partidária”, mas sim boa governação. Por outro lado, recordou que o atual Executivo Municipal diz que quer Avançar Coimbra, tendo sido este o lema que foram em eleições, mas como este Orçamento não avança em 2026, possivelmente adiada para 2029 e que é por isso que a Iniciativa Liberal iria optar por uma abstenção estrepitosa que sabe a “veto político” ao adiamento da cidade, sugerindo para mudarem o lema porque, talvez, se fosse mais honesto passarem de “Avançar Coimbra” para “Adiar Coimbra”. Quanto à questão do corte das árvores na obra do Metrobus, o Senhor Vereador disse concorda plenamente de que é preciso fazer esse tipo de cortes, mas relembrhou que, até há bem pouco tempo, o Partido PAN-Pessoas-Animais-Natureza, o LIVRE, o CPC e o próprio Partido Socialista foram extremamente “vocais” contra o corte de árvores porque era um atentado ao ambiente. Desta forma, disse que a sua questão era só uma: os partidos estão numa lógica de dizer tudo e o seu contrário rapidamente ou, simplesmente, porque passaram da oposição para o poder, a importância do ambiente perdeu-se.

A Senhora **Presidente** perguntou se o Senhor Vereador Celso Monteiro alguma vez a tinha ouvido falar em relação ao corte de árvores.

O Senhor **Vereador Celso Monteiro** respondeu que não ouviu a Senhora Presidente, mas que a mesma foi apoiada por uma série de partidos e movimentos que se mostraram contra isso. Assinalou que não são candidatos totalmente independentes, casos contrários não teriam sido apoiados pelo Partido Socialista e tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

reunido as candidaturas para se apresentar como independente. Assim, o Senhor Vereador recordou que a Senhora Presidente não se poderia esquecer de quem a apoiou.

A Senhora Presidente esclareceu que há cortes e cortes e que se percebem como é que são justificados e que análises ou estudos é que foram feitos. Desta forma, disse que a seu tempo dará nota acerca deste assunto.

Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Maria Lencastre proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:
“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 apresentam enquadramento legal e consistência enquanto instrumento previsional, garantindo continuidade de investimentos e funcionamento municipal. Reconheço, em particular, o esforço em áreas estruturantes como habitação, mobilidade e equipamentos. Persistem, contudo, reservas, que se prendem com o tempo diminuto que este executivo tem, relativamente ao grau de concretização de algumas prioridades e à necessidade de medidas complementares, designadamente em competitividade económica, apoio ao investidor, mobilidade quotidiana e modernização administrativa, tal tempo diminuto limita o estabelecimento claro de metas e indicadores. Numa perspetiva de colaboração institucional e de melhoria que está em execução, e no bom caminho, entendo que a posição tecnicamente adequada é a de voto favorável, dando assim a oportunidade ao executivo de ser capaz de fazer o que se propôs em campanha, muito mais e melhor que anteriormente, assim esperamos. Tal voto favorável, é acompanhado do compromisso de acompanhamento rigoroso e de apresentação de propostas concretas de aperfeiçoamento ao longo do exercício.”

Sobre este assunto, o Senhor Vereador Ricardo Lino proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:
“Da análise ao Orçamento e GOP para as Freguesias/União das Freguesias cumpre-me informar que para o ano de 2026 passamos de uma dotação global de 9.9M€ em 2025 para 11.6M€ em 2026 já próximo dos 7%. Este acréscimo não resulta de um aumento das competências delegadas, mas sim da previsão de alargamento do número de Freguesias e Uniões de Freguesias disponíveis para a aceitar a delegação de competências existentes, ou seja, estimando-se para 2026 uma maior adesão, o que justifica o ajustamento da dotação orçamental proposta.

A relação de cooperação institucional entre o Município e as Freguesias, traduz-se em Contratos Interadministrativos e Autos de Transferências. A nossa intenção e objetivo é reforçar a cooperação com as Juntas de Freguesia, promovendo uma relação de proximidade institucional que potencia uma resposta mais eficaz às necessidades locais, uma afetação mais eficiente dos recursos financeiros, com o reforço da autonomia, mas também de responsabilização dos órgãos de freguesia.

Para o exercício de 2026, prevê-se a manutenção das delegações de competências atualmente em vigor, assegurando-se a continuidade dos valores de referência definidos, mas acompanhada da perspetiva de alargamento no universo de Freguesias, em especial na manutenção de calçadas e proteção civil.

Vamos procurar aprofundar os Autos de Transferência e das competências previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019, sempre mediante acordo e universalidade, podendo, contudo, ser diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução.

No desporto em particular o orçamento previsto para 2026 é superior a 3M€ e dá garantias de cumprimento do programa de desenvolvimento desportivo e manutenção das instalações desportivas municipais...

Por exemplo, na área da Juventude o investimento de 306.920€, previsto para as GOP 2026, é o maior quando comparado com os anos anteriores... (+ 39.636€ em relação ao ano passado), com garantias de cumprimento do programa previsto na área da Juventude para 2026...

Em relação à Companhia de Bombeiros Sapadores (2.230187 €), à Polícia Municipal (402.067€) e ao Serviço Municipal de Proteção Civil (1 428 276 €) vamos continuar a valorizar os nossos recursos humanos, a melhorar as suas condições de trabalho e garantir que têm os meios necessários para cumprirem a sua missão...

Em suma, este é um orçamento de continuidade, mas que já reflete a nossa ambição política e uma transição para a nossa visão estratégica para Coimbra com uma aposta clara nas áreas que consideramos



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

estruturantes: mobilidade, habitação, desenvolvimento económico, cultura e coesão territorial nas Freguesias...

Contudo, fomos confrontados com a realidade financeira do Município e tivemos a necessidade de equilibrar economicamente o investimento e as ações previstas para as GOP 2026... Ou seja, este é o orçamento possível, mas fica o compromisso de aquando da incorporação do saldo de gerência possamos reformular o Orçamento e ir ao encontro das nossas expectativas!

Deixo apenas dois exemplos, a atualização dos valores dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia pela taxa de inflação e retomar o Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas...

Vamos ao trabalho para fazer Avançar Coimbra!"

O Senhor **Vereador Luís Filipe** disse que a dialéctica de haver ou não dinheiro é interessante. Referiu que todos os números que o Senhor Vereador José Manuel Silva disse são verdade. Contudo, mencionou que o que o mesmo não disse e que é importante é que a despesa não ficou parada no seu ciclo, uma vez que a despesa evoluiu muito. Assim, disse que a verdade é que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços e mesmo as transferências correntes continuam lembrando que a maior parte desse acréscimo de receita está a ser ocupado pela despesa e, por isso, em verdade a Câmara tem um problema orçamental porque tem demasiada despesa corrente. Porém, disse que, felizmente, têm tido o crescimento da receita, nomeadamente com impostos, tendo permitido “ter dinheiro em caixa”, ou seja, perto de 20 milhões de euros. No entanto, referiu que isso não é contraditório com o facto da Câmara ter um problema orçamental, porque não consegue gerar receitas suficientes para fazer grande investimento. Salientou que sempre conseguiu satisfazer a sua despesa, não tendo ficado a dever nada a ninguém, embora houvesse processos por pagar, tal como o processo antigo da SUMA que satisfizeram graças ao aumento da prestação do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) que tiveram em dezembro. Assim, assegurou que só conseguem fazer despesa se tiver o registo da receita e se ela tiver, efetivamente, entrado, ou seja, a Câmara Municipal tem um problema orçamental no sentido de libertar meios para investir, algo que é indesmentível. Neste sentido, assegurou que a Câmara Municipal de Coimbra não é uma Câmara que tem, anualmente, 20 ou 30 milhões para investir sem fundos europeus e que mesmo que a Câmara tivesse zero fundos europeus, conseguiria fazer, apenas, 10 a 15 milhões de euros de investimento. Por isso, deu conta que tem transmitido aos serviços municipais para encontrarem receitas para as despesas que ambicionam. Lembrou que grande parte deste problema provém da descentralização e do custo brutal que têm com a mesma, tendo, por exemplo, aproximadamente 6 milhões de euros por ano de défice da educação, caso contrário estes valores agregados, num mandato, eram quase 25 milhões de euros. Salientou que se quisessem fazer um investimento de 2 ou 3 milhões de euros para a reabilitação de uma estrada ou uma nova via, não têm essa essa liberdade orçamental sem financiamento. Quanto à questão do “buraco”, o Senhor Vereador mencionou que é um termo que, também, não aprecia e que a questão é que têm, objetivamente, diferenças entre o investimento e o financiamento nalgumas obras. Deu nota que, felizmente, as receitas aumentaram, mas que a despesa não parou, o que inibiu a capacidade real de investimento, caso contrário as questões de investimento não feitas e adiadas já estavam feitas. Quanto ao comentário do Senhor Vereador João Francisco Campos, esclareceu que ter dito 2 ou 3 milhões de euros era no sentido 1, 2 ou 3%, ou seja, 1% é 2,6 milhões e que não era nada em concreto, sendo apenas um exemplo do que seria uma divergência de um Orçamento de 1%. Por exemplo, recordou que a Senhora Vereadora Ana Bastos disse que, se fosse opção dela, se calhar, tinha investido cerca de 2 milhões de euros na intermodalidade, sendo essa, por exemplo, uma diferença. Por outro lado, revelou que não há nenhum corte objetivo do ponto de vista do desenvolvimento económico da Prodeso ou do iParque, tendo apenas de se ajustar o investimento às receitas que tinham disponíveis, não havendo qualquer preconceito contra uma qualquer entidade, nem nenhuma vontade de “cortar as pernas” a alguém, tendo havido um investimento que tiveram de equilibrar num determinado momento, onde tiveram de pôr a receita e a despesa ao mesmo nível nos 260 milhões de euros e que, em função disso, tiveram de fazer cortes. Quanto ao comentário do Senhor Vereador Celso Monteiro acerca de haver ou não dinheiro, o Senhor Vereador Luís Filipe disse que isso era uma pergunta



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

difícil, embora tenham cerca de 10 milhões de euros dinheiro em caixa, tendo, porém, aproveitado o mês de dezembro para pagar faturas de obras cofinanciadas que só venciam em janeiro de forma a libertar o orçamento dos primeiros meses do ano. Porém, assegurou que a Câmara Municipal de Coimbra não é uma Câmara rica e nem tem uma capacidade brutal de investimento, do ponto de vista, apenas, do seu orçamento.

O Senhor **Vereador Miguel Antunes** disse que têm de pensar sempre nas receitas em conjunto com a despesa e que o facto de existir um orçamento mais reduzido em alguns pontos, isso não quer dizer que, em fevereiro, março ou maio, na revisão orçamental não exista uma correção em algumas dessas áreas, dando conta que iram procurar financiamento para muitas dessas áreas. Em relação ao iParque, esclareceu que, naturalmente, haverá uma revisão estratégica e que o orçamento terá de ser adaptado em relação às conclusões de revisão estratégica. Em relação ao turismo, o Senhor Vereador disse que será a mesma coisa e que os orçamentos terão de ser revistos consistentemente e que os financiamentos terão de ser encontrados e que é assim que terão de pensar e não acrescentar despesa corrente.

O Senhor **Vereador João Francisco Campos** assegurou que percebe esse entendimento, mas a questão é que passaram, no caso do iParque, de 350 mil euros para 25 mil euros, sendo essa uma redução muito substancial, tendo sido essa a razão da sua pergunta, embora perceba que os orçamentos são maleáveis e que se vão adaptando.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** recordou que é evidente que Coimbra nunca teve uma capacidade brutal de investimento, caso contrário, teriam feito muito mais do que fizeram. Porém, disse que a preocupação do anterior Executivo Municipal foi, como disse na sua anterior intervenção, desenvolver económica, cultural, demográfica e socialmente o concelho para aumentar a receita. Porém, lembrou que, como é óbvio, todos os anos a despesa aumenta, nomeadamente pelas decisões do Governo central, como, por exemplo, o aumento dos funcionários públicos. Portanto, assinalou que isso acontece todos os anos e que têm de acomodar o aumento da receita e que o que têm de fazer é procurar meios para continuar a aumentar a receita, algo que tiveram de fazer. Deu conta que procurou salientar as diferenças, relativamente àquilo que herdaram, porque são diferenças absolutamente substantivas. Por isso, afirmou ao Senhor vereador Luís Filipe para ser bem-vindo à realidade da gestão camarária, dado que até agora diziam que o anterior Executivo Municipal não fazia porque não queria, mas que, agora, já começam a dizer que não fazem porque não têm mais orçamento. Desta forma, assegurou que o discurso mudou, saudando essa mudança.

A Senhora **Presidente** disse que o discurso não mudou e o que disseram é que este é o ponto de partida e não o ponto de chegada, porque encontrarão forma de obter mais receita que lhes permitirão fazer mais investimentos. Assegurou que qualquer família percebe que se recebe 1000€ e tem uma despesa de 500€, obviamente que fica com uma poupança de 500€ e que esses 500€ são para uma eventualidade de uma doença na família. Porém, referiu que o que acontece na Câmara Municipal é que recebem 1000€ e não pouparam os 1000€, gastando esse mesmo valor, dando como exemplo uma família cujo salário passa de 1000€ para 2000, mas que, entretanto, a renda aumenta e a despesa com os filhos também aumenta e que, apesar de ter um rendimento de 2000 €, a despesa passou também a ser de 2000€, tendo sido isso o que aconteceu na Câmara Municipal de Coimbra. Assim, deu conta que a Câmara passou a ter mais receita, algo que não nega, mas a despesa aumentou, recordando que, de 2025 para 2026, o acréscimo de despesas com pessoal é de 5 milhões de euros e que, no mesmo período, o acréscimo de aquisições de bens e serviços correntes, tal como seguros, contratos de limpeza e higiene, aumentou 5,6 milhões de euros. Desta forma, assinalou que as receitas que têm são para pagar as despesas, não tendo dinheiro para investir, tal como as Câmaras Municipais de Braga ou de Matosinhos, que se tiverem um problema inesperado de 10 milhões de euros tem dinheiro para lhe fazer face, ao contrário da Câmara Municipal de Coimbra que se tiver um problema de 1 ou 2 milhões de euros anda aflita. Assim, afirmou que o facto de terem aumentado as receitas não lhes deu dinheiro para o investimento porque a despesa corrente é que “manda na casa”. Deu conta que, quando tiveram a primeira reunião, a



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

diferença entre a receita e a despesa era de mais 138 milhões de euros na despesa sob proposta dos serviços, pelo que, obviamente, tiveram de cortar. Porém, disse que isto não é uma desculpa para não fazerem aquilo a que se propuseram, embora tenham de o fazer de outra maneira, sendo isso que irão fazer ao longo do ano, afirmando para não lhes pedirem para fazer em 2 meses o que não fizeram em 4 anos. Reiterou que este é um orçamento de continuidade, porque, em 2 meses, não tiveram a capacidade de trabalhar com os parceiros, com a Comunidade Intermunicipal, embora já estejam a fazer projetos que irão trazer receitas e que vão permitir investimentos que fazem parte daquilo que prometeram à cidade. Nesse sentido, deu conta que os próprios serviços municipais têm propostas que vão ao encontro daquilo que prometeram, nomeadamente, para espaços verdes, para renaturalização das margens do Mondego, sendo desta forma mais fácil agilizar, fazer essas candidaturas, obter receitas e fazer a despesa. Quanto à equipa do iParque, a Senhora Presidente disse que esta sai porque quer, embora tenha feito um excelente trabalho, pelo que, na primeira reunião que tiveram com o atual Executivo Municipal, comunicaram que queriam sair de ninguém, afirmando que ninguém pediu à equipa do iParque para sair. Nesse sentido, disse que, em breve, sendo aprovada a candidatura ao iParque, E.M., S.A., vão ter um orçamento totalmente diferente, até superior ao de 2025, referindo que estes orçamentos são evolutivos e que, muito em breve, tendo a candidatura aprovada, o orçamento do parque tecnológico poderá passar para milhões de euros. Assinalou que, obviamente, não podem deixar de estar gratos a todo o trabalho que foi feito, mas que não podem dizer que têm dinheiro para investir porque o aumento de receitas tem servido para cobrir a despesa corrente e isso é preocupante numa Câmara Municipal que tem de ter disponibilidade para quando, por exemplo, quando aparecer um investidor, a Câmara Municipal ter, rapidamente, de investir 2 ou 3 milhões para infraestruturar uma área de localização. Desta forma, disse que Coimbra, comparando com Aveiro, com Braga ou com Guimarães, não tem qualquer flexibilidade, mencionando que não estão, especificamente, a atacar o anterior Executivo Municipal. Porém, afirmou que procurarão, em qualquer candidatura, conter o investimento ao valor do financiamento, porque, por exemplo, se no Bairro das Bicas a diferença entre o investimento e o financiamento é de 11 milhões de euros, vão ter de somar mais 3 milhões de euros para a Escola Eugénio de Castro, o que, por si só, já daria 14 milhões de euros. Desta forma, lembrou que isso significaria que iriam ter de se endividar porque não têm essa disponibilidade, devendo haver uma gestão mais cautelosa para conter o investimento, dentro valores que têm para financiamento. Lembrou que quando pegaram no projeto da Escola José Falcão, o projeto já ia em 35 milhões de euros, quando o financiamento é de 21 milhões de euros e que com equipamento ascenderia a 40 milhões de euros. Afirmou que a maneira de gerir do atual Executivo Municipal será conter o investimento ao financiamento, até porque se podem fazer a mesma obra por 20 milhões porque é que haverão de fazer e estar a endividar a Câmara nesse valor e que esses mesmo 20 milhões podem servir para fazer habitação. Desta forma, assinalou que é essa a gestão diferente que querem fazer contendo o investimento ao valor do financiamento, dando conta que a prova que isso é possível é que a equipa com a qual estão a trabalhar conseguiu reduzir o projeto dos 35 milhões de euros para os 21 milhões de euros, acrescentando se que se o projeto já estivesse adjudicado era diferente. A Senhora Presidente explicou, ainda, que tiveram de rever o projeto e que qualquer pessoa que faz uma obra sabe perfeitamente que se tem um projeto para 35 milhões de euros e que se o está a reduzir para 21 milhões, tem obrigatoriamente de rever totalmente o projeto, dado que os projetos de execução não são os mesmos, o que traz atrasos. Reiterou que a opção do atual Executivo Municipal é conter o investimento ao valor do financiamento, porque têm de fazer mais investimentos, assinalando que se o projeto até já se acomodou nos 21 milhões de euros, o problema é que têm mais meses de trabalho porque todos os projetos terão de ser refeitos, o que gera custos. Por outro lado, a Senhora Presidente disse que os números apresentados pela oposição são verdadeiros e que só podem estar gratos a essa gestão, acrescentando que projeto da Escola José Falcão iria implicar uma dívida brutal para a Câmara Municipal porque não tem fundos comunitários e porque a única fonte de receita que têm, para além dos impostos e das transferências do Estado, são os fundos comunitários. Lembrou que todo o investimento que não esteja contido nos fundos comunitários significa que temos que se têm de endividar e que se forem endividar para a Escola José Falcão, significa que não podem fazer outros investimentos, dando conta que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal é de 32 milhões e meio de euros, lembrando, ainda, que os municípios têm uma capacidade limitada de endividamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

condicionando muito a capacidade para fazerem outros investimentos muito relevantes para a cidade. Afirmou que, em política, isto chama-se “custo de oportunidade”, pagando esses custos de oportunidade porque podem perder a oportunidade de fazer outros investimentos igualmente importantes.

Assim, foi elaborada a informação n.º 116012, de 31/12/2025, da Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que mereceu parecer da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despacho do Senhor Vereador Luís Filipe, todos da mesma data, e despacho da Senhora Presidente, 02/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 150/2026 (09/01/2026):

- Aprovar o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026” da Câmara Municipal de Coimbra: em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, no total de 260.065.107 € no Orçamento da Receita e da Despesa, e as GOP no total de 183.182.291 €, e enviar à Assembleia Municipal, para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniões e Juntas de Freguesia, e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e enviar à Assembleia Municipal para aprovação em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (atualizado pelo D.L. n.º 13-A/2025, de 10 de março);
- Aprovar a contratação de empréstimos a curto prazo para o ano de 2026 e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o artigo 50.º da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI) e posteriores alterações, para possibilitar a cobertura de eventuais dificuldades de tesouraria e gestão corrente.

O documento “Orçamento e GOP 2026”, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores Ricardo Lino, Miguel Antunes, Luís Filipe, Margarida Mendes Silva e Maria Lencastre. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Manuel Silva, Francisco Veiga, Ana Bastos, João Francisco Campos e Celso Monteiro.

Justificação de voto do Senhor Vereador José Manuel Silva:

“Quero começar por saudar o facto de se manter a mesma organização do Orçamento, correspondente à estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra, o que o torna de mais fácil leitura. Independentemente de eventuais alterações futuras na Câmara, será saudável que este princípio se mantenha.”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O primeiro ponto que pretendo salientar é que, de 2022 para 2026, a receita dos impostos diretos passa de 47M€ para 67M€, o que, por um lado, atesta as reais dificuldades financeiras com que herdámos a Câmara há 4 anos atrás (nós tínhamos razão nas nossas queixas), e, por outro lado, confirma a enorme folga financeira com a qual transmitimos a Câmara ao novo executivo, com mais 42,5% de receita nos impostos diretos! Impressionante! De 2025 para 2026, quando o resultado da nossa política se vai intensificando, esse aumento é de 56 para 67 M€, mais de 11M€ em apenas um ano!!! De que se queixa, Sra. Presidente, quando tanto nos criticou por não termos resolvido tudo em 4 anos? Agora, tem muito mais e melhores condições do que nós tivemos para o fazer.

Mais 20 milhões de impostos diretos, num único mandato, com uma robusta subida do IMT, que ultrapassou o IMI, além de outros parâmetros muito positivos, confirmam a notável gestão económica e financeira do nosso executivo e forte dinâmica global introduzida no concelho, como resultado da nova organização da Câmara, das novas orientações estratégicas e das novas dinâmicas multissetoriais introduzidas. Por exemplo, de 2022 para 2026, as transferências correntes previstas passam de 38 para 64M€, mais 68,4%, e as transferências de capital passam de 22 para 71M€, mais 222%, o que se deve a múltiplos fatores, incluindo a descentralização, os projetos financiados em curso e um ligeiro aumento das transferências do OE, pela aplicação da Lei das Finanças Locais. Nós herdámos um orçamento de 167M€ e, em apenas 4 anos, deixamos um orçamento de 260M€, um aumento de 55%. Todos estes números atestam o êxito da estratégia global da nossa governação. Desafio o executivo da Sra. Presidente a repetir estas percentagens de crescimento nos próximos 4 anos! Disse tão mal da nossa gestão, que certamente lhe será fácil fazer muito mais e muito melhor e sem inventar desculpas. Vamos acompanhar com atenção e analisar com interesse construtivo os próximos orçamentos.

Perante estes números é evidente e indesmentível que atual executivo vai colher os louros do trabalho desenvolvido nos últimos 4 anos, são muitas dezenas de milhões a mais relativamente à Câmara Municipal que recebemos há 4 anos das mãos do partido socialista!

Aqueles que dizem que a Câmara esteve estagnada durante o nosso mandato, como explicam estes números excepcionais e sem paralelo? E que dirão sobre o mandato que nos precedeu, que reduziu a receita em impostos diretos de 50M€ para 47M€? Que a Câmara esteve moribunda durante os dois mandatos PS que nos precederam?

Achei curiosa a sua afirmação, Senhora Presidente, de que “o aumento da receita do IMI serviu para pagar dívidas, à SUMA e às Águas de Coimbra”. Qual a admiração?! Todos os anos é assim, no fim do ano acertam-se contas, fazem-se pagamentos e preparam-se o futuro.

Ainda bem que deixámos os cofres cheios para pagar o que era necessário pagar, incluindo dívidas que nós herdámos do executivo que nos precedeu, e para que a Senhora Presidente pudesse preparar o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Coimbra!

Este maior orçamento de sempre, 260 M€, é resultado do trabalho intenso da nossa equipa de vereadores e de todos os dirigentes e trabalhadores camarários, a quem volto a agradecer a sua admirável dedicação durante o nosso mandato, e que agora cumprimento e elogio igualmente pela qualidade dos documentos sob análise na presente reunião. Em conjunto fizemos muitos pequenos milagres.

Estes dados, que são oficiais, retiram qualquer argumento ao atual executivo para se chorar com falsos buracos financeiros e, sobretudo, eliminam qualquer justificação para o executivo tentar inventar desculpas para não cumprir todas as promessas e compromissos assumidos na campanha eleitoral que, repito, foram enfaticamente referidas pela candidata Ana Abrunhosa para um período de apenas 4 anos.

Porquanto os números não mentem, nem consigo imaginar o que diria a Senhora Presidente se tivesse herdado a Câmara nas péssimas condições económicas e financeiras em que nós a herdámos há 4 anos atrás...

Com a atual dinâmica económica, social, cultural e demográfica de Coimbra, as receitas vão continuar a aumentar nos próximos anos e permitirão uma cada vez maior margem de investimento no concelho, sem necessidade de aumentar quaisquer impostos sobre os municípios, eventualidade que não foi apresentada à população no programa da coligação ‘avançar Coimbra’. A Senhora Presidente é economista, sabia muito bem da real situação da Câmara de Coimbra e de como melhorou no nosso mandato.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Como demonstrámos nestes 4 anos, o segredo para Coimbra, que, para uma distinta economista, não é segredo nenhum, está em continuar a promover o desenvolvimento económico, cultural, social e demográfico do concelho, que induz saudavelmente um aumento progressivo da receita, o que nos permite acomodar mais despesa, nomeadamente de investimento, sem provocar desequilíbrios. A opção nunca poderá estar em sobrecarregar a população com subidas dos impostos! Senhora Presidente, se não estragar o que nós fizemos nestes 4 anos, e desejamos que faça melhor, o presente mandato pode ser um mandato extraordinário para Coimbra, como iria ser nas nossas mãos, sem quaisquer desculpas.

É neste enquadramento que me choca profundamente a maneira como ouço o executivo e os deputados municipais socialistas referirem-se à Manifesta da forma como o fazem, procurando denegrir, menorizar e transformar em “problema” uma das maiores conquistas culturais de sempre de Coimbra, trazendo para o nosso concelho a maior bienal nómada de arte contemporânea do mundo, com um enorme retorno tangível e intangível para Coimbra e a Região, a múltiplos níveis.

Eu pensava que os partidos de esquerda apreciavam a Cultura, mas enganei-me. Para a coligação Avançar Coimbra um extraordinário e ímpar investimento em Cultura e na rua da Sofia é, afinal, um problema!

Eu pensava que a coligação avançar Coimbra estaria feliz com o Governo, que garante 50% do investimento necessário para a realização da Bienal, mas não, o atual executivo tem insónias porque, em 3 anos, repito, em 3 anos, a Câmara, a Universidade e o CAPC têm de garantir os outros 50%, como já tinham acordado fazer.

Nós concorremos à Câmara de Coimbra, se tivéssemos ganho as eleições estariamo felizes por termos a oportunidade de fazer este investimento singular em Cultura e na Bienal Manifesta, não estariamo a queixarnos pelo custo inerente, mas sim a regozijar-nos pelo brutal retorno tangível e intangível para Coimbra e para a Cultura em Coimbra do investimento na realização da Manifesta 17 em Coimbra, um passo também importante para uma eventual futura nova candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura, um processo que, recordemos, o PS falhou estrepitosamente.

Este orçamento para 2026 é a prova de que há recursos financeiros mais do que suficientes para organizar a Bienal Manifesta e para continuar a investir em Cultura no concelho de Coimbra, um dos pilares estratégicos do nosso desenvolvimento.

Por isso, insisto, Senhora Presidente, compre o Colégio de São Boaventura, a Câmara tem todas as condições para o adquirir e é muito importante para se iniciar a reabilitação da Rua da Sofia e para a Manifesta em 2028. Lembro que o Programa Centro 2030 lançou um Aviso de concurso que dará apoio à requalificação, proteção, valorização e conservação de bens imóveis que integrem a lista do património cultural da UNESCO; do aviso não constam os municípios como destinatários, mas é uma questão de trabalhar esse pormenor, caso a Câmara adquira este Colégio.

A esta hora, os amantes da Cultura em Coimbra devem estar arrependidos dos votos que eventualmente possam ter entregado à coligação Avançar Coimbra. Ouvir o partido socialista transformar a Manifesta 17 em ‘um problema’ e ouvir o silêncio dos restantes componentes da coligação é, para mim, absolutamente confrangedor, mas devo dizer que não me surpreende.

Da mesma forma, ouvir o partido socialista e os restantes membros da coligação Avançar Coimbra qualificarem como “buraco financeiro” um extraordinário investimento em habitação social, que aproveita 4 dezenas de milhões de euros do PRR, aguardando um mais do que certo reforço do financiamento por parte do PRR, e reabilita um loteamento parado há décadas e a contribuir para a degradação da envolvente, onde se está a empreender um bairro de qualidade superior para habitação camarária, resolvendo os problemas de habitação condigna a 268 famílias carenciadas, permite-nos compreender porque é que, nos 8 anos que nos precederam, o PS, lamentavelmente, não construiu uma única habitação social nova, o que é paradigmático. Representa mesmo falta de consciência social.

Senhora Presidente, se têm dificuldade em gerir a Câmara com os reforçados recursos que receberam, nós sabemos como fizemos num período incomparavelmente mais difícil, agravado pelo período pós-covid e pelo efeito inflacionário da guerra da Ucrânia, um mandato que estimulou fortemente o desenvolvimento e



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

crescimento do concelho com muito menos recursos! Não temos dúvidas que, no final de 2025, Coimbra atingiu a sua maior população de sempre, depois de duas décadas de perda contínua de residentes.

Senhora Presidente, porque herda uma Câmara pujante, um concelho em desenvolvimento e uma receita em crescimento uniformemente acelerado, deixe de se queixar e faça o que repetiu à exaustão na campanha eleitoral: que estava preparada para governar desde o primeiro dia, que sabia onde ir buscar os recursos para os projetos, que sabia onde ir buscar as fontes de financiamento e que, e cito, “acabou a Coimbra que anda de chapéu estendido a dizer que não temos dinheiro”.

Uma nota ainda sobre as obras coercivas e expropriações, de que tanto se fala. O financiamento definido de 2800€ para 2026 e de 100000€ para cada um dos anos seguintes, relativamente a obras coercivas, e o valor previsto para aquisição e expropriação de terrenos e edifícios, 675000€ em 2026 e 2M€ em cada um dos anos seguintes demonstra a enorme distância entre a retórica do executivo e o orçamentado. Dirão que não têm meios para mais? Mas os senhores prometeram muito mais e conheciam os orçamentos da Câmara, os eleitos da Coligação Avança Coimbra são competentes nestas matérias, não podem alegar desconhecimentos.

Felizmente que os investimentos privados e do Fundo Coimbra Viva e as dinâmicas já em curso na Baixa de Coimbra, nomeadamente na Rua Direita e no quarteirão da Rua da Nogueira, garantem que, mesmo que esta Câmara nada faça, a reabilitação e recuperação da Baixa de Coimbra vão continuar.

Uma outra nota para falar do cartão Move-C e da decisão da Senhora Presidente e do PS de retirar direitos sociais e apoios à intermodalidade já aprovados na reunião da Câmara de 22/09/2025 pelo anterior executivo, com a abstenção do PS. Agora, afinal, o PS está contra, mudou de opinião. Surpreendentemente, na primeira grande medida "social" do novo executivo camarário socialista foram retirados benefícios de intermodalidade a cerca de 7500 pessoas, que têm passes bonificados dos SMTUC: os maiores de 65 anos, os funcionários e reformados autárquicos, os estudantes do ensino superior com mais de 23 anos, as pessoas com rendimento de inserção e desempregados de longa duração e os Bombeiros Voluntários!

A Senhora Presidente disse que que esta decisão tinha um custo para o município de Coimbra de cerca de 2M€, o que não é exato! A AGIT faria a distribuição dessa verba, que os serviços calcularam, por excesso, em 1,86M€, pelos dois operadores de transportes, os SMTUC e a Metro Mondego. Provavelmente a maior fatia iria para os SMTUC, pois tem a ver com a utilização do passe, mas vamos admitir uma distribuição de 50/50% para cada um dos operadores. Isto significa que 930m€ iriam para os SMTUC, um valor que a Câmara já não teria de entregar diretamente aos SMTUC nos acertos de contas de final de ano! Por conseguinte, o custo para a Câmara desta medida social e de apoio à intermodalidade seria somente o montante que iria para a Metro Mondego, ou seja, no máximo, 930m€, não os 2M que a Sra. Presidente referiu na AM. Este valor era e é perfeitamente acomodável pelo atual orçamento para 2026, o maior de sempre, e tinha sido previsto por nós, pelo que lamentamos esta opção negativa do atual executivo e instamos a que esta decisão seja imediatamente revista. Os beneficiários, nomeadamente os trabalhadores da Câmara e os Bombeiros voluntários, mas todas as cerca de 7500 pessoas, merecem este apoio da Câmara e Coimbra precisa da intermodalidade para melhorar o trânsito urbano!

Preocupam-nos muito o Objetivo 7 - Desenvolvimento Económico, cuja dotação diminui 44%, de 3,9 M€ para 2,1 M€, e é o que tem menor peso relativo no total das GOP 2026 (1,2%). Como enquadrar este magro investimento em desenvolvimento com os alegados ambiciosos objetivos enunciados na Visão Estratégica? Nós aumentámos as grandes empresas instaladas em Coimbra em 60%, com a criação de centenas de empregos qualificados, que permitiram que muitos jovens regressassem a Coimbra, esperamos que o atual executivo faça, pelo menos, igual, de preferência, melhor.

Preocupam-nos as reduções de 19% no Planeamento Urbanístico, uma área muito sensível, a redução de 11% na mobilidade trânsito e transportes e a redução de 12% no Departamento de Ambiente e Sustentabilidade; como vão reagir os partidos e o movimento da Coligação que tanto se diziam amigos do ambiente e da sustentabilidade? Certamente também estarão preocupados... A Ação e Habitação Social tem uma redução de 0,5%, confirmando que este executivo não privilegia a área social. No desporto, para já, preocupa-nos a perda do fabuloso Granfondo Coimbra para Leiria, com responsabilidades de ambas as Câmaras de Coimbra e Montemor, um evento que dinamizava o comércio, a restauração e a hotelaria em Coimbra.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Preocupa-nos fortemente a redução anual de apoio ao funcionamento do iParque (que era assegurado por contrato-programa), de 350m€ para 25m€, e as reduções de 55% nas verbas para o ITAP, de 10% para o FMES e de 44% nas verbas para o RMAAS. Qual vai ser o futuro do ITAP, que herdámos com menos de 40 alunos e deixamos com mais de 90 alunos? Qual vai ser o futuro das instituições de solidariedade social, que desempenham um papel importantíssimo na proximidade com casos sociais de maior vulnerabilidade e fragilidade das pessoas? Esta redução será dramática para muitas delas, para projetos sociais inovadores e para a sua própria sobrevivência, não podendo ser esquecido que se substituem ao governo central e municipal no apoio às populações mais carenciadas.

O forte aumento da receita da Câmara, que entregamos em bandeja de ouro ao atual executivo, era suficiente para reforçar alguns setores sem ser à custa de outros. Obviamente, saudamos os aumentos na Cultura, no objetivo 09, o conjunto da Educação e Saúde, e nas Juntas de Freguesia, aumentos que estão em consonância com aquela que era a nossa estratégia. O aumento das Juntas também tem muito a ver com o trabalho desenvolvido durante 2025, por nós e pela DAF e que está a ser continuado, e bem; por exemplo só na manutenção das calçadas, cuja descentralização iniciámos para as Juntas, as transferências aumentaram de 195m€ para 615m€.

Preocupa-nos igualmente não descortinarmos o futuro do Coimbra Tech Challenge e do cowork internacional do Pátio da Inquisição. Nunca se realizou em Portugal nada semelhante ao Coimbra Tech Challenge, um concurso para start-ups internacionais no âmbito do projeto Baixinova, que foi um enorme sucesso e que teve como sponsors algumas das principais empresas nacionais (algo completamente inédito em Coimbra), superando todas as expectativas, além de estabelecer relações estratégicas com parceiros internacionais de primeira linha. A estratégia Baixinova, que ficou pronta, tem um filme promocional e que esperamos que seja continuada, pretendia transformar a Baixa num espaço de empreendedorismo e inovação com um forte pendor internacional. Foi para isso que efetuámos a transformação do antigo espaço do DEEM e de parte do DEP, no Pátio da Inquisição, em Club House/Cowork Internacional, com um regulamento próprio, e comprámos o edifício do Praça do Comércio. Seria uma perda enorme para Coimbra se este concurso se deslocasse para Lisboa...

Perante o que aqui fica dito, porque não nos revemos nas opções feitas pelo atual executivo e pela forma negativa como o mesmo encara o investimento social, a Manifesta e o desenvolvimento económico, iremos abster-nos na votação deste orçamento, o maior orçamento de sempre da Câmara de Coimbra, um óbvio e inquestionável resultado do extraordinário trabalho desenvolvido pela coligação Juntos Somos Coimbra durante 4 anos muito difíceis, que consideramos que não está a ser corretamente aproveitado e continuado.”

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** disse, ainda, que tinha de aproveitar a oportunidade para dizer só uma palavra sobre a Escola José Falcão, nomeadamente que, quando tomaram posse, não encontraram qualquer projeto sobre a escola e que, por isso, só poderiam saber o custo final das obras depois de existir um projeto, tendo sido essa a primeira preocupação do anterior Executivo Municipal, porque não existia nenhum projeto.

A Senhora **Presidente** recordou que o Senhor Vereador José Manuel Silva, em campanha, anunciou o projeto e falou de 35 milhões de euros, sabendo que o financiamento era de 21 milhões de euros, tendo, por isso, consciente.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** salientou que essas eram as opções que cada um iria, naturalmente, fazer, tendo anunciado um projeto que existia.

Justificação de voto da Senhora Vereadora Maria Lencastre:

A justificação de voto da Senhora Vereadora está consubstanciada na sua intervenção, acima transcrita.

Por fim, a Senhora **Presidente** agradeceu à Diretora do Departamento Financeiro, Dr.^a Regina Ferreira, e à Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, Dr.^a Célia Gonçalves, solicitando que



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

agradecessem, em seu nome, às suas equipas de trabalho. Da mesma forma, agradeceu, também, a todos os dirigentes da Câmara Municipal de Coimbra, transmitindo-lhes a mensagem de que o “não” que lhes foi dito pelo Senhor Vereador Luís Filipe, que se transforme num “sim” e que isso signifique que encontraram fonte de financiamento para aquilo que são as legítimas pretensões dos serviços municipais, de forma a melhorar e terem projetos para a cidade, dando conta que os projetos que lhes foram apresentados têm muito valor, tendo o atual Executivo Municipal os considerado todos muito pertinentes.

III.5. DGU-DCHRU – Prédio sito na Rua de São Frutuoso, n.º 169 – Casais do Campo, artigo matricial n.º 6897, da União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades – Reconhecimento da intervenção de reabilitação ao abrigo do n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para efeitos de isenção do IMI

A 22 de novembro de 2025 deu entrada o requerimento n.º 75957, de Joana Isabel Melo de Carvalho, na qualidade de proprietária do prédio sito na Rua de São Frutuoso, n.º 169 – Casais do Campo, a requerer a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – alínea a) do n.º 2 e n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Assim, foi apresentada a informação n.º 111184, de 12/12/2025, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 15/12/2025, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despacho da Senhora Presidente, ambos de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 151/2026 (09/01/2026):

- Aprovar, para efeitos do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro, em vigor à data do início das obras (2022), o reconhecimento da intervenção de reabilitação no prédio sito na Rua de São Frutuoso, n.º 169 - Casais do Campo, e a consequente isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de três anos, com início em 2024 e término em 2026, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do mencionado artigo 45.º do EBF, uma vez que foram cumpridos os requisitos no seu n.º 1.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

IV.1. DF-GCOF – Empréstimo Médio e Longo Prazo 2024 SMTUC – Plano de Renovação da Frota – Pedido de desembolso – Ratificação

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), através do ofício n.º 2676, solicitaram que fosse acionado o empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 2.240.000,00 correspondente à componente não elegível da candidatura PRR.

Assim, foi apresentada a informação n.º 115870, de 30/12/2025, da Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve parecer da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Luís Filipe e da Senhora Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 152/2026 (09/01/2026):



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Ratificar o despacho da Senhora Presidente, de 30/12/2025, que autorizou a transferência para os SMTUC, do valor relativo ao desembolso n.º 1 empréstimo 2024 – Plano de Renovação dos SMTUC, contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos em 27/06/2025, nos termos das Normas para a Execução Orçamental de 2025 e autorizou o processamento de despesa e do respetivo pagamento de 2.240.000,00 € à entidade Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.2. GAP – Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) – vogal

Para o assunto acima identificado, a Senhora **Presidente** apresentou a seguinte proposta, datada de 02/01/2026:
“Considerando:

O estabelecido no artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das participações Locais, na sua redação dada pelo artigo 405.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março; Que a Câmara Municipal eleita em 12 de outubro de 2025 foi instalada no dia 04.11.2025;

Que se torna necessário nomear o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC, que nos últimos meses vindo a funcionar sem o Presidente nomeado pela Câmara Municipal;

Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada, nomear para o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), para um mandato de 3 anos, o vogal:

Vogal

Luis Filipe Cavaco Andrade Jesus Neto.”

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** saudou o Engenheiro Luís Neto e desejou-lhe as maiores felicidades para o mandato que iniciava, sendo que já o conhecia do departamento de Engenharia Civil, deixando-lhe um voto de confiança.

O Senhor **Vereador Celso Monteiro**, aproveitou a intervenção para cumprimentar o Engenheiro Luís Neto que conhecia de algumas reuniões que haviam tido, desejando que seja um bom mandato e que os SMTUC e toda a mobilidade de Coimbra, com o trabalho feito pelo Executivo anterior, chegue a bom porto. Relembrando as palavras da Senhora Presidente na última reunião que disse os Conselhos de Administração tem de ter iniciativa, esperando que durante estes quatro anos a tenham efetivamente.

A Senhora **Vereadora Maria Lencastre**, deseja igualmente as boas-vindas ao Engenheiro Luís Neto, esperando que para seu bem e bem de Coimbra que faça um bom mandato.

O Senhor **Vereador José Manuel Silva** também desejou as maiores felicidades ao Engenheiro Luís Neto e deu nota de que deixou de haver um trabalhador dos SMTUC no Conselho de Administração.

A Senhora **Presidente**, disse que o Engenheiro Luís Neto, além de ter o currículum adequado, é uma pessoa de excelente trato, de escuta ativa, tem trabalhado no grupo que constituíram e tem muita aceitação da parte dos trabalhadores com quem contatou. Disse ainda que o Senhor Presidente e a Senhora Vogal do Conselho de Administração foram ouvidos e que estão felizes com esta escolha. Afirmou que não tem dúvidas de que irão fazer um bom trabalho e desejou as maiores felicidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Vereador Miguel** Antunes também apresentou felicitações e agradeceu a disponibilidade ao Engenheiro Luís Neto.

A Senhora **Presidente** disse que os SMTUC não podem ser somente uma empresa de transportes de autocarros, mas terão de ser uma empresa de mobilidade, sendo a questão da mobilidade suave uma das missões deste Conselho de Administração, sendo este elemento uma referência que através do seu exemplo possa mudar mentalidades e dar nota das dificuldades que encontra e assim mudar-se mentalidades, para que se possa viver mais a cidade.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 153/2026 (09/01/2026):

- **Aprovar a proposta da Senhora Presidente, acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Justificação de voto da Senhora Vereadora Maria Lencastre:

“Fundamentação: Favorável, competência legal verificada e perfil técnico adequado A proposta de nomeação de vogal para o Conselho de Administração dos SMTUC encontra enquadramento legal expresso, é da competência da Câmara Municipal e encontra-se devidamente instruída quanto ao perfil curricular do candidato. Não se identificam, com a informação disponível, fundamentos jurídicos ou técnicos que impeçam a deliberação favorável, sem prejuízo das pendências identificadas. Da análise da nota curricular junta ao processo resulta que o candidato possui formação académica superior em Engenharia Civil, Urbanismo e Ordenamento do Território, bem como experiência profissional e académica relevante nas áreas de mobilidade, transportes, planeamento urbano e análise de sistemas territoriais.

Em termos funcionais, o perfil apresentado revela adequação técnica às atribuições dos SMTUC, entidade responsável pela gestão do sistema de transportes urbanos do Município, não sendo identificadas desconformidades face às exigências mínimas para o exercício das funções de vogal do Conselho de Administração.”

IV.3. SMTUC – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2026 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

Para o assunto acima identificado, a Senhora **Presidente** apresentou a seguinte proposta, datada de 02/01/2026:
“Considerando a necessidade de aprovação dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) para o ano de 2026, a ser presente às reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal nas mesmas reuniões de aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 da Câmara Municipal de Coimbra, avoco a competência de aprovação da proposta a remeter à reunião do Executivo, considerando que o ato de avocação é fundamentado na legalidade, interesse público e boa administração, atento o facto dos documentos previsionais apresentados (anexos) não terem tido prévia aprovação por parte do Conselho de Administração dos SMTUC, em funções até 31/12/2025, de acordo com o disposto artigo 13.º, al. d) da Lei n.º 50/2012, de 31/08.”

A Senhora **Presidente** passou a apresentação deste ponto para o Senhor Vereador Luís Filipe.

O Senhor **Vereador Luís Filipe** fez uma apresentação breve, uma vez que este orçamento não foi elaborado pelo Executivo, nem pelos Serviços da Câmara Municipal e o Conselho de Administração anterior preferiu não fazer a aprovação formal do documento, porque se sentiria desconfortável com esse ato, pelo que a Senhora



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidente propôs o mesmo à reunião de Executivo. É um orçamento de 32.739.257,00 milhões que tem subjacente uma diminuição da receita e também tem subjacente alguma indefinição relativamente à capacidade do exercício de 2026, de satisfazer todas as despesas que os SMTUC tem de fazer para manter o seu funcionamento. A explicação para a diminuição da receita e desta incerteza, encontra-se na proposta, que prevê que a entidade AGIT que vai gerir as receitas dos passes intermodais não tem o seu orçamento aprovado, não podendo aquele Conselho de Administração saber que receita é que poderia colocar na grelha de repartição. Portanto, a proposta enviada tem duas questões de base: orçamento não aprovado e dotação insuficiente de receita, porque não conseguiam calcular a receita que viria por parte da AGIT. O atual Conselho de Administração tomou posse no dia que tinham como limite para fazer chegar os documentos ao Executivo, não sendo coerente fazer a aprovação do orçamento, pelo que a Senhora Presidente se disponibilizou para o fazer. A não aprovação faria com que os SMTUC ficassem sem orçamento, o que é algo que ninguém deseja, sendo portanto, nestes termos e com a verdade dos números que se propõe a aprovação deste orçamento, ressalvando que logo que a AGIT formalize os seus órgãos e tenha o seu orçamento que a parte da receita que se destina aos SMTUC seja acrescida ao orçamento que foi proposto, de modo a torná-lo mais coerente .

A Senhora Vereadora Ana Bastos disse que pensava que este orçamento era meramente uma proposta para não separarem os serviços e que a breve trecho trariam uma proposta de revisão séria deste orçamento, o qual não se comprehende nas dez páginas que é apresentado. Não se consegue compreender o orçamento sem ter uma visão estratégica, sem ter os seus mapas previsionais, nem de procura nem de frota que é habitual comparativamente aos anos anteriores. Disse ainda que por via da intermodalidade há uma perspetiva de diminuição da receita nos SMTUC, mas também está previsto no âmbito do incentiva +TP ir buscar financiamento diretamente à CIM que vai cobrir essa perda de receita, não sendo essa a justificação para baixar o orçamento. Disse que haverá abaixamento do orçamento por via de perda de procura, pelo que estes mapas previsionais deviam estar para justificar a redução da receita. Pensou que era apenas para garantir que durante dois meses os SMTUC não parem, pois são absolutamente essenciais para muitas famílias, mas o orçamento apresentado falha em muitas coisas, desde logo naquilo que é a sua sustentação e fundamentação. Fez ainda uma observação nos cortes que estão a fazer, verificando-se uma redução de cinco milhões no orçamento global e estão a ser feitas nas receitas correntes, bilheteira e perda de financiamentos, que não consegue entender pelo menos nesta última. Está prevista uma verba na CIM, cerca de 2/3 milhões, para cobrir este diferencial, pelo que recomenda uma conversa com a CIM.

Abordou também o facto de o mapa de pessoal estar a crescer e bem, pois são necessários mais agentes únicos, esperando que aumentem e se mantenham os serviços, mas quando se verificam perdas de receitas correntes, o receito é que se tenham de cortar serviços, o que a preocupa porque normalmente isso leva ao corte das linhas com menos procura e com piores horários, que é onde geralmente vivem as pessoas que mais precisam. Insistiu que o orçamento não tem condições para ser analisado com rigor, pelo que espera que dentro de dois meses possam fazer uma revisão séria do mesmo. Chamou, contudo, à atenção da redução prevista de 540.000,00 euros em recursos humanos, quando está previsto um aumento de eletricistas, mecânicos e agentes únicos necessários para garantir o funcionamento e por outro lado, estão a cortar 2,6 milhões de euros na rubrica de bens e serviços, não sendo possível cortar em materiais para manutenção de autocarros, presume que se irá cortar nos serviços de manutenção externa. Fica uma grande preocupação de como resolver o problema do imobilizado que sempre foi e continua elevado e são necessários aqueles autocarros para garantir os serviços. Disse serem preocupações legítimas, tanto mais que como uma redução de 540.000,00 euros nos recursos humanos, como é que se vão pagar os subsídios prometidos aos agentes únicos, reduzindo a rubrica de financiamento que irá que sustentar essa promessa. Por fim, disse ainda que nem o Executivo acreditava neste orçamento, remetendo para a página três do mesmo, quando é dito que “*pese embora o equilíbrio orçamental a proposta de orçamento não espelha as reais necessidades dos SMTUC*”. Neste sentido, disse que não havia mais nada a dizer pelo que se iam abster, numa ótica construtiva para que os serviços não parem, considerando não terem condições para analisar de forma crítica este orçamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor Vereador José Manuel Silva, sobre o assunto proferiu a intervenção abaixo transcrita:

“Verifico uma ausência sensível nas GOP e Orçamento dos SMTUC, que não posso deixar de referir. No debate entre candidatos à Câmara de Coimbra, organizado pela RUC e realizado no TAGV no dia 6 de outubro passado, a Sra. Presidente, então candidata, afirmou convictamente que a Câmara não pagava um suplemento aos motoristas dos SMTUC “porque não queria” (sic).

Ora, eu não vejo este suplemento refletido nas GOP e Orçamento dos SMTUC para 2026, pelo que não posso deixar de perguntar, muito diretamente, se é apenas porque não quer fazê-lo que não começa já a pagar o suplemento aos motoristas/agentes únicos dos SMTUC. Fica a pergunta, que espero que tenha uma resposta concreta.

Curiosamente, e revelando uma enorme incoerência política, que já não surpreende ninguém, depois de estar 8 anos no Governo e sempre se ter recusado a resolver esta questão, o PS, pela voz da deputada Isabel Cruz, anunciou, na passada Assembleia Municipal de 22/12/25, que o partido socialista submeteu na Assembleia da República um projeto de Lei que visa criar um suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, reconhecendo uma realidade laboral exigente, complexa e prolongadamente desvalorizada.

Afinal, esta iniciativa parece vir desmentir completamente a candidata Ana Abrunhosa, agora Presidente. Parece que é mesmo preciso uma autorização do Governo.

Éramos nós que falávamos verdade.

Infelizmente, apenas tivemos um ano e meio para conversar com o Governo da AD sobre este tema, com eleições e enorme agitação pelo meio, pelo que não houve tempo suficiente. Dois anos e meio do nosso mandato foram desperdiçados com a recusa ostensiva do Governo PS em aprovar o pagamento deste suplemento, que não onera o orçamento do Estado.

Continuo a desejar que, agora, com um Governo da AD, esta justa aspiração dos motoristas dos transportes públicos municipais, que deixámos a meio percurso, possa ser resolvida.

A fundamentação que entregámos ao Governo é sólida e suficiente. Continuaremos a defender a solução. Mas lamentamos estas incoerências socialistas...

Relativamente às restantes questões das GOP e do Orçamento dos SMTUC para 2026, faço minhas as palavras da vereadora Ana Bastos.”

A Senhora Vereadora Maria Lencastre disse que não sendo este orçamento elaborado pelo atual Executivo, as críticas não eram coerentes, que quando muito eram críticas do anterior Executivo. Seguidamente proferiu a intervenção abaixo transcrita:

“Senhora Presidente, Senhores Vereadores,

Os documentos previsionais dos SMTUC para 2026 cumprem os requisitos legais e formais, incluindo a regra do equilíbrio orçamental. No entanto, a própria memória justificativa reconhece que o orçamento apresentado não reflete plenamente as necessidades reais do serviço, identificando insuficiências relevantes na cobertura de despesas essenciais e a exclusão de investimentos necessários.

Perante este quadro, entendo que mesmo não estando reunidas as condições técnicas e financeiras que permitam um voto favorável e sem reservas, considerando que os SMTUC são um serviço público essencial, assim irei dar um voto de confiança e esperança no futuro deste serviço votando favoravelmente”

O Senhor Vereador Luís Filipe disse que era importante manter os SMTUC ativos, com os instrumentos previsionais aprovados, percebendo o que disse a Senhora Vereadora Ana Bastos, sendo verdade que há uma insuficiente dotação da receita que pesa nas despesas. Não havendo receitas, as despesas têm de ser cortadas, não podendo assim, existir total coerência do lado da despesa, porque o orçamento está amputado no lado da receita, especialmente nas transferências que já não virão do Município, mas da AGIT. Portanto, a proposta é no sentido de manter a atividade dos SMTUC, esperando a curto prazo trazer uma revisão destas peças previsionais, muito mais fundamentada, equilibrada e completa, sendo esta, de momento a saída possível e digna.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Presidente** concluiu dizendo que se depararam com uma situação de não terem orçamento, o que é obrigatório por Lei, ato que a anterior Administração não fez porque estava de saída. Face à situação da nova administração ter tomado posse recentemente, avocou as competências e aprovou o orçamento para poder ser submetido à reunião da Câmara Municipal. Considerou que há um conjunto de receitas que poderiam e deviam ter sido calculadas e permitiam que de forma artificial não estivessem a cortar remunerações, para a receita bater com a despesa. No entanto, deixou bem claro que não irão cortar remunerações e que se a Assembleia da República aprovar os suplementos terão condições de os pagar. Salientou que a Administração dos SMTUC se tinha esquecido de procurar outras fontes de receita, nomeadamente os estacionamentos que há uns anos era de 1,5 milhões e agora era talvez metade. A gestão dos estacionamentos por parte dos SMTUC não é boa e tem de ser alterada a lógica, nomeadamente com a introdução da via verde. Salientou que essa gestão tem de mudar totalmente, dando o exemplo do parque verde, onde os carros, a partir das 20h00 podem lá ficar, o que não pode acontecer se quisermos prosseguir com o sistema de mobilidade. Não se pode continuar a ter transporte público, continuar a ter carros e estacionamento gratuito. Se houver uma boa gestão do estacionamento haverá um aumento da receita. Os SMTUC devem fazer uma gestão diferente naquilo que são as suas competências, como o estacionamento e mobilidade sustentável e não esperarem só as transferências que vêm do estado. Disse que a receita que pretende aplicar na gestão da Câmara também deve ser aplicada nos SMTUC e que preferiu ainda assim trazer este orçamento do que não trazer nenhum.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** deu nota de uma informação que se havia esquecido de dar, a de que a AGIT já aprovou o seu orçamento em sede de Conselho de Administração, faltando apenas a aprovação definitiva da Assembleia Geral. Informou ainda de que as receitas para os SMTUC, não virão dessa forma através da AGIT por dotação orçamental, porque o dinheiro recebido das lojas dos SMTUC, não é dinheiro da AGIT. Será angariado numa conta de passagem e é feita a repartição nos termos do modelo de repartição que foi aprovado pelas várias Autoridades de Transportes e depois é distribuído de forma proporcional aos quilómetros para a Metro e SMTUC. Este primeiro mês já dará para ver este exercício, permitindo ter uma noção da repartição da verba. Daí ter falado em cerca de dois meses para se fazer uma revisão do orçamento, pela falta de histórico nesta matéria.

A Senhora **Presidente** confirmou que havia recebido o plano de atividades e orçamento da AGIT nesta data. Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 154/2026 (09/01/2026):

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2026” que totalizam 32.739.257€, dos quais 20.908.294€ (63,86%) respeitam a Receitas Correntes, 8.006.963€ (24,46%) a Receitas de Capital e 3.824.000€ (11,68%) a Receitas Não Efetivas. Quanto à despesa, 17.583.492€ (53,71%) respeitam a Despesas Correntes e 14.985.765€ (45,77%) a Despesas de Capital, 170.000€ (0,52%) a Despesas Não Efetivas, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2026 totaliza o valor de 34.965.355€, dos quais 14.985.770€ têm financiamento definido;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**
O documento “*GOP e Orçamento dos SMTUC 2026*”, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria nos termos propostos. Votaram a favor a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores Ricardo Lino, Miguel Antunes, Margarida Mendes Silva, Luís Filipe e Maria Lencastre. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Manuel Silva, Francisco Veiga, Ana Bastos, João Francisco Campos e Celso Monteiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

IV.4. SMTUC – Mapa de Pessoal 2026

Nos termos do previsto nos artigos 28.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução. Este, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades.

O Senhor **Vereador Luís Filipe** deu nota de que o documento em apreço foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 9/09/25, em momento prévio à proposta de orçamento que foi enviada.

Assim, foi elaborada a informação n.º 6144, de 25/08/2025 (MGD n.º 9, de 02/01/2026), do Chefe da Divisão de Recursos Humanos dos SMTUC, que obteve deliberação do Conselho de Administração dos referidos serviços, de 09/09/2025, e despacho da Senhor Presidente, de 02/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 155/2026 (09/01/2026):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2026, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Justificação de voto da Senhora Vereadora Maria Lencastre:

“Favorável. Senhora Presidente, Senhores Vereadores,

O voto favorável na proposta de Mapa de Pessoal para 2026 dos SMTUC cumpre os requisitos formais legalmente exigidos, não obstante o facto de considerar que a mesma me parece apresentar fragilidades na sua fundamentação técnica e financeira. Sendo a garantia da manutenção dos SMTUC essencial para a cidade de Coimbra, tendo grande esperança na qualidade do Conselho de Administração que tomou posse há uma semana, o meu voto é de confiança e esperança de um futuro prospero.”

PONTO V. EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

V.1. DAHS-DASo – Fundo Municipal de Emergência Social (FMES) – Proposta de retificação da Entidade Gestora da CSF de Cernache e Pagamento da 2.ª tranche do FMES 2025, à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra, enquanto entidade gestora do FMES da CSF de Cernache

No âmbito da Deliberação n.º 4063/2025, de 22/09/2025, da Câmara Municipal, que aprovou o pagamento da 2.ª tranche do Fundo Municipal de Emergência Social (FMES) para o ano de 2025, no montante global de 159.000,00 €, nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social (RMAAAS), verificou-se a existência de um lapso na identificação da entidade gestora do FMES na Comissão Social de Freguesia (CSF) de Cernache.

Assim, foi apresentada a informação n.º 112064, de 16/12/2025, da Divisão de Ação Social, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, da mesma data, e do Diretor do Departamento de Ação e Habitação



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Social, de 17/12/2025, bem como despachos da Senhora Vereadora Margarida Mendes Silva, de 02/01/2026, e da Senhora Presidente, de 06/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 156/2026 (09/01/2026):

- **Retificar a deliberação n.º 4063/2025, de 22/09/2025, no que respeita à entidade gestora do FMES da CSF de Cernache, substituindo a Associação Desportiva e Recreativa Vilanovense pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra e autorizar o pagamento da 2.ª tranche do FMES 2025, no valor de 4.000,00 €, à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra, enquanto entidade gestora do FMES da CSF de Cernache.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA

- VI.1. DJD-DJ – Proposta para atribuição de apoio financeiro Municipal para o imóvel, onde se encontra instalada a Associação da Real República Boa-Bay-Ela, sita na Rua João Pinto Ribeiro, n.º 17, 3000-228 Coimbra, no âmbito do Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local**

A Associação da Real República Boa-Bay-Ela formulou candidatura ao apoio previsto no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local (publicitado em DR, através do Aviso n.º 3086/2024, de 07/02/2024, que regulamenta as formas de proteção de entidades reconhecidas de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local - entre as quais, as Repúblicas de Estudantes), que tem efetivo enquadramento legal na norma invocada.

O Senhor Vereador Celso Monteiro, disse que sobre este ponto tem particular interesse, não só por ter saído da alta de Coimbra há relativamente pouco tempo, mas também porque Coimbra tem uma necessidade de habitação grande, à qual as Repúblicas dão uma resposta extremamente importante e têm um valor cultural inestimável. Servem não apenas para os estudantes dormirem, mas também para garantirem o sentido de comunidade e tradição coimbrã. Neste sentido, porque fazem parte daquilo que é a história, do presente e do futuro de Coimbra, apelou para que qualquer República que mereça esta intervenção receba por parte do Executivo Camarário a mesma atenção que esta, e outra no Executivo anterior receberam.

O Senhor Vereador José Manuel Silva interveio para dizer que votavam a favor, pois foi para esta finalidade que foi aprovado o Regulamento que permite agora estes apoios.

Assim, foi apresentada a informação n.º 36920, de 11/11/2025, da Divisão de Juventude, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão, de 12/11/2025, e da Diretora do Departamento de Juventude e Desporto, de 20/11/2025, bem como despachos do Senhor Vereador Ricardo Lino, de 03/12/2025, e do Senhor Vereador Luís Filipe e da Senhora Presidente, ambos de 22/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 157/2026 (09/01/2026):

- **Atribuir, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º e do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e no âmbito do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Proteção de Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local, um**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Apoio Financeiro Municipal no valor de 4.596,57€ (quatro mil, quinhentos e noventa e seis euros e cinquenta e sete centimos), à Associação da Real República Boa-Bay-Ela para aquisição do imóvel onde se encontra instalada a associação, sito na Rua João Pinto Ribeiro, n.º 17, 3000-228 Coimbra, mediante a celebração de protocolo, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. DCT-DC – Grupo Folclórico e Etnográfico “As Tecedeiras de Almalaguês” – Parecer para obtenção de Estatuto de Utilidade Pública

O Grupo Folclórico e Etnográfico “As Tecedeiras de Almalaguês” apresentou um pedido à Câmara Municipal de Coimbra (RT # 393679, MGD n.º 79330 de 05/12/2025), no intuito de colher um parecer fundamentado que sustente a intenção desta entidade de que lhe seja atribuído o Estatuto de Utilidade Pública. Trata-se de um procedimento que visa o cumprimento de um dos requisitos inerentes à instrução do processo de candidatura da entidade à obtenção de Estatuto de Utilidade Pública, junto da Secretaria-Geral da Presidência do Concelho de Ministros.

Assim, foi apresentada a informação n.º 112558, de 17/12/2025, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 16/12/2025, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, de 19/12/2025, bem como despachos da Senhora Vereadora Margarida Mendes Silva, de 23/12/2025, e da Senhora Presidente, ambos de 28/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 158/2026 (09/01/2026):

- Emitir parecer para o reconhecimento do mérito cultural do Grupo Folclórico e Etnográfico “As Tecedeiras de Almalaguês”, no âmbito da instrução do processo de candidatura da entidade à obtenção de Estatuto de Utilidade Pública, junto da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.3. DCT-DC – Grupo Etnográfico da Região de Coimbra – Renovação do Protocolo de Cedência de Espaço

Ao Grupo Etnográfico da Região de Coimbra, foi cedido, a título gratuito, um espaço municipal no edifício onde está instalada a Escola Básica do Primeiro Ciclo de Almedina, sito no Pátio do Castilho, na União de Freguesias de Coimbra. Neste sentido, no passado dia 29 de novembro o Grupo Etnográfico da Região de Coimbra (GERC) solicitou, através de e-mail com o registo RT 255879, de 29/11/2025, a renovação do protocolo de cedência do espaço para sede, firmado com o Município de Coimbra em 2023.

O Senhor Vereador João Francisco Campos, disse conhecer muito bem o espaço votando a favor da renovação. Deixou um desafio à Senhora Presidente e à Senhora Vereadora da Cultura para que visitem o espaço e vejam que o mesmo já não tem dignidade para o trabalho fantástico que este Grupo Folclórico faz. É uma garagem com grandes infiltrações que precisa de obras, pelo que sugeriu que essa visita fosse feita em conjunto com membros deste grupo e fosse verificado quais as suas necessidades.

Assim, foi apresentada a informação n.º 107686, de 03/12/2025, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 16/12/2025, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, de



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

29/12/2025, bem como despachos da Senhora Vereadora Margarida Mendes Silva, de 30/12/2025, e da Senhora Presidente, de 02/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 159/2026 (09/01/2026):

- Aprovar a renovação do protocolo de cedência do espaço no edifício municipal onde está instalada a Escola Básica do Primeiro Ciclo de Almedina, sito no Pátio do Castilho, na União de Freguesias de Coimbra, usado como sede, atualmente, pelo Grupo Etnográfico da Região de Coimbra, pelo período de mais 3 anos, legitimada pelo n.º 1, da cláusula quarta do protocolo firmado em 2017 que refere “*O presente Protocolo produz efeitos na data da sua assinatura e tem a duração de três anos, podendo renovar-se, mediante pedido efetuado pelo GERC, com noventa dias de antecedência sobre o termo do prazo, e aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra*”.

A minuta do referido protocolo, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.4. DGU-DCHRU – Classificação das “Salas de Cinema das Galerias Avenida”, localizadas no Centro Comercial Avenida, sito na Av. Sá da Bandeira n.º 33, Coimbra, como Imóvel de Interesse Municipal (MIM)

Através da informação n.º 34368/DCHRU, de 11/04/2025, iniciou-se o procedimento para a classificação das “Salas de Cinema das Galerias Avenida” como Imóvel de Interesse Municipal.

Assim, decorrida que foi a audiência dos interessados/consulta pública da abertura do procedimento de classificação, foi apresentada a informação n.º 109999, de 10/12/2025, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, da mesma data, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 16/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente, de 02/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 160/2026 (09/01/2026):

- Classificar como Monumento de Interesse Municipal (MIM) as “Salas de Cinema das Galerias Avenida” localizadas no Centro Comercial Avenida, sito na Avenida Sá da Bandeira n.º 33 – fração “EG” localizada no rés-do-chão e fração “AC” localizada no Piso 7 - ao abrigo do n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua atual redação.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII. HABITAÇÃO

VII.1. DEEM-DEH – Empreitada “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (PRR) – Quinta das Bicas – Concepção-Construção de 268 Fogos” – Aprovação da 2.ª modificação ao plano de trabalhos – Ratificação

A empreitada “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” (PRR) – Quinta das Bicas – Concepção-Construção de 268 Fogos”, foi adjudicada à empresa Tecnorém – Engenharia e Construções, SA, pelo valor de 35.688.997,20€ (s/ IVA), com um prazo de execução de 610 dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Considerando o plano de trabalhos em vigor e os trabalhos efetuados até ao final do mês de novembro de 2025, conforme constam dos mapas de quantidades junto aos autos de medição já realizados, existe um atraso significativo na empreitada, de 13.936.282,56€ o que corresponde a 39,05%.

Face ao exposto, através de ofício datado de 13/11/2025 (MGD n.º 37177), e nos termos do ponto 4 da Cláusula 19.^a do Caderno de Encargos, foi solicitado à entidade executante que, dentro dos prazos legalmente estabelecidos, apresente um plano de trabalhos modificado, contemplando as medidas corretivas necessárias à recuperação do atraso, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 404.^º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Adicionalmente, e nos termos do ponto 7 do mesmo artigo, foi igualmente requerida a atualização do plano de pagamentos, bem como a apresentação de uma declaração formal assegurando que as alterações propostas ao plano de trabalhos vigente não implicam qualquer impacto financeiro no contrato celebrado entre o Município de Coimbra e a Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.

Decorrente do exposto, a entidade executante entregou os elementos requeridos, através de ofício (MGD n.º 80219, de 10/12/2025), acompanhados de declaração formal em que os documentos apresentados foram obtidos através de reajustes aos documentos em vigor por forma a recuperar o atraso verificado e que as alterações propostas não implicam qualquer alteração financeira ao contrato celebrado.

Assim, foi apresentada a informação n.º 111912, de 16/12/2025, da Divisão de Edifícios Habitacionais, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, ambos de 17/12/2025, bem como despachos do Senhor Vereador Luís Filipe e da Senhora Presidente, ambos de 19/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 161/2026 (09/01/2026):

- **Ratificar o despacho da Senhora Presidente, de 19/12/2025, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.^º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou:**
 - O plano de trabalhos modificado apresentado pela entidade executante, nos termos do artigo 404.^º do CCP;
 - O plano de pagamentos, plano de mão-de-obra e equipamentos decorrentes do plano de trabalhos modificado referido no ponto anterior;
 - A revisão de preços será realizada com base no cronograma financeiro atualizado à data da consignação, por forma a não implicar qualquer alteração financeira ao contrato celebrado entre o Município de Coimbra e a Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A.;
 - A notificação da empresa da aplicação de multas por violação dos prazos contratuais a partir de 25/02/2026, nos termos da cláusula 24.^º do caderno de encargos e do artigo 403.^º do CCP e que deverá o empreiteiro ser responsável por eventuais perdas de financiamento.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

VIII.1. DEEPDT-DPT – António Jorge Correia Viegas Carvalheira e outros – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua Vale de Figueiras e o Bairro do Ingote – UF de Eiras e São Paulo de Frades

A Senhora Vereadora Ana Bastos relativamente ao ponto VIII.1 proferiu a declaração que abaixo se transcreve:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Esta é uma via absolutamente fundamental para a estrutura viária da cidade. Trata-se de um eixo que funciona como variante ao Bairro do Ingote e constitui uma ligação estratégica ao Anel da Pedrulha. A sua concretização evita o atravessamento rodoviário do Ingote — incluindo o troço sob o túnel, que representa um claro estrangulamento — permitindo, assim, desclassificar essas vias e, de forma integrada com o espaço envolvente, transformá-las em verdadeiras ruas urbanas. É uma infraestrutura da qual a cidade não pode abdicar.

Por isso, não podemos simplesmente limitar-nos a cumprir a lei e aprovar a caducidade, sem salvaguardar qualquer condicionante ou impor qualquer medida preventiva.

A informação técnica aponta que, pela Deliberação da Câmara Municipal n.º 2444/2011, de 21 de janeiro, foi aprovado um anteprojeto para o Anel da Pedrulha, que abrange precisamente esta via distribuidora. A partir daí, a área de proteção passou a ser de 10 metros a partir do eixo definido nesse anteprojeto.

Mas eu vou mais longe: existe um projeto de execução aprovado desde a década de 90, concebido para permitir o alargamento desse eixo, já então considerado fundamental, ligando a zona do planalto/nó da Pedrulha à circular externa, junto a Coselhas. Foi com base nesse projeto que se executou o alargamento da Rua Vale de Figueiras, entre a bifurcação e a circular externa. O restante troço não avançou devido aos grandes volumes de escavação necessários, que encareciam significativamente a obra.

Isso demonstra que a inviabilizarmos este traçado, não será fácil encontrar outra alternativa.

Assim, a proposta que hoje analisamos não pode simplesmente “empurrar o problema com a barriga”, remetendo a definição de alternativas para a 2.ª revisão do PDM. Quando essa revisão estiver concluída, já será demasiado tarde para impor condicionantes eficazes à urbanização daquela parcela.

Este pedido deve, pelo contrário, ser encarado como uma oportunidade para que a Câmara, em articulação com os privados, viabilize a execução deste troço da via — ainda que parcialmente. Há condicionantes que precisam de ser definidas desde já, orientando a atuação posterior dos serviços de gestão urbanística.

Parece-me, por isso, imperioso que, com base no projeto de execução existente, seja submetida à aprovação desta Câmara a definição de um plano de alinhamentos que enquadre e oriente os processos de licenciamento que certamente irão surgir.

Temos de ser proativos. Recordo que esta parcela integrou a UOPG 2 – Lordemão, inicialmente classificada como área urbanizável e posteriormente transformada em espaço urbano. Deixo, portanto, o desafio: a Câmara deve prevenir, elaborando ou exigir a elaboração de um estudo urbanístico que, para além de assegurar a viabilidade da via, garanta a coerência de todo aquele território e da sua envolvente.

É crucial envolver o promotor num procedimento de planeamento e gestão conjunto, com claros benefícios tanto para o privado como para o interesse público.

Assim, proponho que esta proposta de caducidade seja retirada da ordem dos trabalhos e revista pelos serviços. Caso contrário, votaremos contra.”

A Senhora **Presidente** respondeu dizendo que retirava este ponto da ordem de trabalhos, agradecendo a nota dada.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** concluiu fazendo referência a um anteprojeto, que existe sensivelmente desde 2009/2010 e que foi aprovado, pese embora o projeto de acesso do anel à Pedrulha nunca o ter chegado a ser. Disse que existe um projeto de execução aprovado que foi elaborado na década de 90 esteve na base do alargamento da estrada de Vale Figueiras. Há um troço na bifurcação na localização aqui referida e a circular externa que já foi alargado na década de 90, tendo lido diretamente com este processo quando trabalhou na Divisão de Trânsito. Afirmou que se for aprovada a caducidade esta ligação nunca mais poderá ser feita e não haverá alternativas. Estarão a inviabilizar uma via absolutamente fundamental para proteger o bairro do Ingote e garantir uma estrutura lógica rodoviária. Neste sentido o seu pedido era que fosse retirado e analisado um plano de alinhamentos e simultaneamente fosse chamado o promotor, numa ótica de colaboração privada/pública, no sentido de chegar a uma solução em que viabiliza esta operação urbanística. Não tem nada contra, sendo absolutamente essencial densificar o centro da cidade, principalmente onde existem bons



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

acessos, mas não se pode inviabilizar o acesso. Inclusivamente pode ser uma oportunidade do próprio promotor da obra fazer esta via e assim viabilizar esta operação urbanística.

Disse ainda que o ponto 2 já tem alinhamento, pelo que podem votar conscientemente a favor. Os restantes 3 pontos não têm. Embora não votem contra, pedia os serviços que fizessem sempre acompanhar estas propostas de uma revisão do traçado ou de um plano de alinhamentos que não inviabilize a via, a não ser que abdiquem desde já, no âmbito da segunda revisão do plano de pormenor. Contudo, empurrar o problema para a segunda revisão do plano de pormenor é tarde de mais, uma vez que depois já há uma rede toda ela condicionada e inviabilizada.

Este assunto foi retirado da ordem do dia para reanálise.

VIII.2. DEEPDT-DPT – Mara Alexandre Rodrigues Ladeiro da Silva – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua Casal da Bemposta e a Rua das Coalhadas – UF de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades

Através do requerimento, registo n.º 75783 de 21/11/2025, em nome de Mara Alexandre Rodrigues Ladeiro da Silva, foi requerida a declaração de caducidade da reserva do solo, ao abrigo do n.º 7 do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), estabelecida em Plano Diretor Municipal (PDM) para a execução da via distribuidora principal prevista, no troço de ligação entre a Rua das Coalhadas e a Rua Casal da Bemposta - UF de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, cuja área de proteção recai sobre casas existentes pertencentes à requerente e nas quais pretende intervir.

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 108240, de 04/12/2025, da Divisão de Planeamento Territorial, sobre a qual recaiu parecer do Chefe da respectiva Divisão, de 05/12/2025, do Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, em 11/12/25 e despacho da Senhora Presidente, de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 162/2026 (09/01/2026):

- **Declarar a caducidade da reserva de solo para a execução do troço da via distribuidora principal prevista em PDM, identificado nos Anexos 1 e 2 da informação supra identificada (ligação entre a Rua das Coalhadas e a Rua Casal da Bemposta), sem necessidade de proceder à redefinição do uso do solo, dado que o Plano Diretor Municipal prevê o regime de uso do solo supletivamente aplicável;**
- **Aprovar o Plano de Alinhamentos identificado no Anexo 3 da referida informação, que garante um canal livre de 24m para a execução do troço da via em causa, o qual deverá servir como estudo orientador na implantação de novas edificações.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.3. DEEPDT-DPT – Sandra Maria Lourenço Martins – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Av. José Sousa Fernandes e a Rua de Lordemão de Baixo – UF de Eiras e São Paulo de Frades

Através dos requerimentos, registos n.º 71436, de 04/11/2025, e n.º 75779, de 21/11/2025, em nome de Sandra Maria Lourenço Martins, foi requerida a declaração de caducidade da reserva de solo, nos termos do n.º 7 do



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), na sua atual redação, estabelecida em Plano Diretor Municipal (PDM) para a execução da via distribuidora principal prevista, no troço de ligação entre a Avenida José Sousa Fernandes e a Rua de Lordemão de Baixo – UF de Eiras e São Paulo de Frades, cuja área de proteção recai sobre um terreno pertencente à requerente, localizado na Rua de Lordemão de Baixo.

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 108164, de 04/12/2025, da Divisão de Planeamento Territorial, sobre a qual recaiu parecer do Chefe da respetiva Divisão na mesma data, e do Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, em 11/12/25 e despacho da Senhora Presidente, de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 163/2026 (09/01/2026):

- **Declarar a caducidade da reserva de solo para a execução da via distribuidora principal prevista em PDM, no troço identificado nos Anexos 1 e 2 da informação supra referenciada (ligação entre a Avenida José Sousa Fernandes e a Rua de Lordemão de Baixo) sem necessidade de proceder à redefinição do uso do solo, dado que o Plano Diretor Municipal prevê o regime de uso do solo supletivamente aplicável.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.4. DEEPDT-DPT – Ana Carla Ribeiro Fernandez Bartlett – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Estrada Principal e a Rua da Escola em Casal de São João – UF de Assafarge e Antanhол

Através do requerimento, registo n.º 71117 de 03/11/2025, em nome de Ana Carla Ribeiro Fernandez Bartlett, foi requerida a declaração de caducidade da reserva do solo, ao abrigo do n.º 7 do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), estabelecida em Plano Diretor Municipal (PDM) para a execução da via distribuidora principal prevista, no troço de ligação entre a Estrada Principal (N110-2) e a Rua da Escola em Casal de São João - UF de Assafarge e Antanhол, cuja área de proteção recai sobre um terreno pertencente à requerente, localizado na Rua da Escola, com um processo de licenciamento de construção em curso.

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 108594, de 04/12/2025, da Divisão de Planeamento Territorial, sobre a qual recaiu parecer do Chefe da respetiva Divisão, de 05/12/2025, do Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, em 11/12/25 e despacho da Senhora Presidente, de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 164/2026 (09/01/2026):

- **Declarar a caducidade da reserva de solo para a execução do troço da via distribuidora principal prevista em PDM, identificado nos Anexos 1 e 2 da informação supra referenciada (ligação entre a Estrada Principal (N110-2) e a Rua da Escola em Casal de São João), sem necessidade de proceder à redefinição do uso do solo, dado que o Plano Diretor Municipal prevê o regime de uso do solo supletivamente aplicável.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

VIII.5. DEEPDT-DPT – Paulo José de Carvalho Amorim dos Santos – Declaração de Caducidade da Reserva do Solo – Via Distribuidora Principal Prevista em PDM – Entre a Rua do Tirado e o IC2 – Cernache

Através do requerimento, registo n.º 75782 de 21/11/2025, em nome de Paulo José de Carvalho Amorim dos Santos, foi requerida a declaração de caducidade da reserva do solo, ao abrigo do n.º 7 do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJGT), estabelecida em Plano Diretor Municipal (PDM) para a execução da via distribuidora principal prevista para Cernache, no troço de ligação entre a Rua do Tirado e a rotunda da Rua da Lomba junto ao IC2, cuja área de proteção recai sobre um terreno pertencente ao requerente, com uma área de 53 400m², e para o qual pretende realizar uma operação de loteamento.

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 108129, de 04/12/2025, da Divisão de Planeamento Territorial, sobre a qual recaiu parecer do Chefe da respectiva Divisão na mesma data, do Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial, em 11/12/25 e despacho da Senhora Presidente, de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 165/2026 (09/01/2026):

- **Declarar a caducidade da reserva de solo para a execução do troço da via distribuidora principal prevista em PDM, identificado nos Anexos 1 e 2 da informação supra referenciada (ligação entre a Rua do Tirado e a rotunda da Rua da Lomba junto do IC2, na Freguesia de Cernache), sem necessidade de proceder à redefinição do uso do solo, dado que o Plano Diretor Municipal prevê o regime de uso do solo supletivamente aplicável.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.6. DGU-DCHRU – Ana Lúcia dos Santos – Pedido de licenciamento de alterações ao alvará de loteamento n.º 386, localizado na Quinta do Sapata/Carrascal, União de freguesias de Santa e Castelo Viegas – Processo 27/2025/163

A requerente apresentou pedido de licenciamento de alterações ao alvará de loteamento n.º 386, localizado na Quinta do Sapata/Carrascal, União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, constituído por 82 lotes pretendendo estabelecer um novo uso, de habitação para as frações I e J, designadamente a possibilidade de dupla utilização de habitação e comércio.

Assim, foi elaborada a informação n.º 106951, de 02/12/2025, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão em 03/12/2025 e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística de 29/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente, da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 166/2026 (09/01/2026):

- **Aprovar a abertura do período de discussão pública, nos termos do disposto no artigo 22.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, conjugado com o artigo 35.º do RMUE - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sobre o pedido de alteração ao Lote n.º 37 da operação urbanística de loteamento, titulada pelo Alvará n.º 386, e que se reporta à alteração de uso de 2 unidades de comércio (frações I e J), passando a destinarem-se a uma dupla utilização, habitação ou comércio.**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.7. DGU-DCHRU – Briopul – Sociedade de Obras Públicas e Privadas, SA – Alteração a licença de loteamento – Alto dos Barreiros – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas – Processo 27/2025/189

Foi solicitado pela Briopul a alteração ao alvará de loteamento n.º 613 (na versão dada pela retificação emitida a 26/01/2009), relativo ao empreendimento sito na Quinta da Raposa, constituído por 5 lotes, do qual é proprietária da totalidade dos lotes.

Neste contexto, foi elaborada a informação n.º 102334 de 18/11/2025, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana (MGD n.º 107030, de 02/12/2025), que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão em 03/12/2025 e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística de 29/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 167/2026 (09/01/2026):

- **Aprovar a alteração à licença da operação urbanística de loteamento, titulada pelo alvará n.º 613, consubstanciada:**
 - a) nas alterações das cotas de soleira nos Lotes 1 e 2, de forma a melhorar a relação entre o passeio e os edifícios;
 - b) no aumento das áreas de construção (superfície de pavimento) nos 4 lotes habitacionais, resultante do aproveitamento da totalidade dos últimos pisos, atualmente recuados, na versão aprovada; na conversão do Lote A em “Parcela Autónoma” sem capacidade construtiva, passando a ser da propriedade do promotor, deixando de ter qualquer dependência dos lotes habitacionais.
- Não há lugar à consulta aos titulares dos lotes, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), pelo facto do promotor ser o detentor da totalidade dos lotes.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.8. DGU-DGUN – Briopul – Sociedade de Obras Públicas e Privadas, SA – Retificação do valor da revisão das taxas no âmbito das Obras de Urbanização do Alvará de Loteamento N.º 663/18 – Quinta do Areeiro – Freguesia de Santo António dos Olivais

Este assunto foi apreciado na reunião de 22/12/2025, contudo verificou-se um lapso no cálculo das contas. Não obstante, o mesmo foi aprovado por unanimidade sob a condição imposta pela Senhora Presidente de trazer à próxima reunião os cálculos devidamente retificados.

Assim, tendo por base a informação n.º 115803, de 30/12/2025, da Divisão de Gestão Urbanística Norte e o parecer nela exarado pela Diretora do Departamento de Gestão Urbanística de 30/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente da mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 168/2026 (09/01/2026):



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Aprovar, ao abrigo do artigo 174.º do CPA, a retificação da deliberação antecedente datada de 22/12/2025, no que se refere à reliquidação do valor da taxa, ou seja, onde se lê: "202.690,26€", deve ler-se: "181.690,26€".

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.9. DGU-DGUS – Anadia Green, S.A. – Parque Solar de Choca e Albugada (Taveiro e Ribeira de Frades) – União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila e União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades

Sobre este assunto a Senhora Vereadora Ana Bastos proferiu a declaração abaixo transcrita:

"Estamos perante uma operação que visa a instalação de um parque fotovoltaico junto ao Estádio Sérgio Conceição, em Taveiro, numa área com cerca de 25 hectares, dos quais quase 23 hectares serão ocupados por painéis. Reconhecemos a importância estratégica da produção de energia limpa e a necessidade de dar respostas céleres aos promotores. Contudo, importa sublinhar que celeridade não pode significar atropelo, nem pode pôr em causa a segurança, a qualidade técnica ou o interesse público.

A experiência, aliás, fala por si. A instalação de painéis fotovoltaicos em grandes áreas contínuas reduz significativamente a permeabilidade dos solos, aumentando tanto os caudais de águas pluviais como a velocidade do seu escoamento, com riscos acrescidos para a envolvente urbana e ambiental.

Recordamos todos os problemas registados na central fotovoltaica da feteira/Cernache, ou da encosta de Antuzede — com menos de metade da área da instalação agora proposta. Os impactes negativos que ali ocorreram devem-se, em larga medida, ao facto de, no processo de licenciamento, não ter sido previamente ouvida a Águas de Coimbra. E, apesar de constar no procedimento um termo de responsabilidade do técnico responsável, garantindo o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares, isso claramente não se verificou. O resultado é conhecido de todos e serve de alerta.

Estão os órgãos de drenagem associados à A1, preparados para assegurar o aumento dos caudais concentrados? Para onde estão a ser canalizados esses caudais? Está a ser posta em causa a estabilidade dos taludes de aterro da A1? Estão previstos dispositivos e estruturas mitigadores, como bacias de retenção, que assegurem “impacte zero” desta operação?

Como diz o velho provérbio, “mais vale prevenir do que remediar”. E aqui, prevenir significa garantir que todos os pareceres relevantes sejam devidamente obtidos, analisados e integrados antes da decisão. Refazer levantamentos topográficos, rever projetos e corrigir deficiências técnicas seria, além de mais oneroso, muito mais demorado do que estender o prazo para que a Águas de Coimbra emita um parecer que é, manifestamente, indispensável.

Aliás, é evidente que um prazo de apenas 10 dias é insuficiente para avaliar a adequação e qualidade de um projeto hidrológico desta dimensão, sobretudo quando o Regulamento Municipal (RMUE), no ponto 3 do artigo 47.º, exige a garantia de “impacte zero”. Neste caso, como dizia outro provérbio, “quanto mais depressa, mais devagar”, sendo que parece que não aprendemos com os erros!

A isto soma-se a necessidade de exigir parecer prévio ao Departamento de Ambiente e Salubridade, particularmente no que respeita aos restantes descritores ambientais: o impacte paisagístico, numa zona adjacente à A1 e, espera-se, ao futuro traçado da alta velocidade; o impacte ecológico; e as potenciais alterações no equilíbrio territorial, são fatores igualmente não negligenciáveis.

Perante tudo isto, e tendo em conta que faltam elementos essenciais, bem como pareceres externos obrigatórios para assegurar uma fiscalização eficaz e compatível com o interesse público, não podemos afirmar que esta operação não acarreta prejuízos inaceitáveis para o ordenamento e desenvolvimento local, nos termos do estabelecido no n.º 1 do referido Artigo 32.º do PDMC.

Assim, e em nome da responsabilidade política que assumimos perante os municípios e o território, não podemos votar favoravelmente esta pretensão. A transição energética é necessária e urgente, mas tem de ser feita com rigor, planeamento e respeito pelos equilíbrios ambientais e pela segurança das populações.”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Perguntou ainda se o parecer da Águas de Coimbra já tinha chegado e, caso o mesmo tenha chegado se fosse favorável votariam a favor, caso contrário o processo devia ser retirado. Insistiu neste parecer, tendo em consideração a má experiência da Feteira, onde há muitas reclamações das águas que não são devidamente canalizadas. A entidade competente para avaliar a qualidade de um processo desta natureza é a Águas de Coimbra, sendo que o seu parecer deve ser considerado obrigatório e dez dias para pronuncia é manifestamente pouco, face à complexidade em causa. Disse que tem de haver bacias de retenção e que o impacte zero pressupõem isso, não sendo só canalizar as águas para qualquer ribeira. Tem de haver áreas permeabilização para que o projeto ao nascer não venha agravar as condições hidrológicas locais. É um processo complexo que deve ser visto por um especialista na matéria, que neste caso, é a Águas de Coimbra. Pese embora ser a favor das energias renováveis e deste tipo de parques, este projeto é complexo.

A Senhora Presidente recordou que a Agência Portuguesa para o Ambiente se pronunciou sobre o assunto.

A Senhora Vereadora Ana Bastos disse que este parecer tratava de coisas diferentes, pois uma coisa é a continuidade de linhas de água, que são as linhas de água naturais já existentes no terreno, outra coisa é o agravamento dos caudais gerado pela impermeabilização do solo e, isso carece de um projeto de impacte zero que neutralize os impactos no território, pressupondo a existência de bacias de retenção e outro tipo de dissipação, nomeadamente da velocidade das águas. Disse que conhecia o processo que já lhe tinha passado pelas mãos, que inicialmente eram duas operações e que estavam sobrepostas em área e matrizes e que por isso foi corrigido. Salientou que aquele território está a descer contra a A1 e daí ter feito referência à proteção dos taludes, pois havendo escorrência, vai começar a descalçar se não houver medidas mitigadoras de qualidade, podendo vir a ocorrer um problema com a BRISA.

A Senhora Presidente disse que o parecer das Águas de Coimbra não é obrigatório e que mantinha a proposta porque o processo foi visto e cumpre a legislação. Foi feito o pedido a esta entidade, mas não houve resposta. Disse tratar-se de investimento e que tinham outros instrumentos para acompanhar a obra em causa.

O Senhor Vereador João Francisco Campos disse que, não sendo técnico nesta área, acompanhou algumas pessoas em Antuzede, dando o exemplo da Senhora Dona Maria Natércia que teve de ir viver para a Figueira da Foz. Disse que o então Presidente, José Manuel Silva e a Senhora Vereadora terão lá ido ver a casa desta senhora. O empreendimento em Antuzede estava todo certo, no entanto, o que estavam a discutir eram as pessoas e não o empreendimento, bem como problemas que vêm a montante, pelo que se os conseguissem evitar era ótimo. Referiu não estar a discutir o projeto, mas as vidas das pessoas. Os outros empreendimentos estavam todos legais e depois constatou-se existirem muitos problemas, pelo que solicitou à Senhora Presidente que pedisse celeridade no parecer da Águas de Coimbra e assim, poderiam decidir na próxima reunião. O seu voto contra não será pelo empreendimento, mas porque já sabe, das experiências anteriores, que houve problemas e porque se está a falar da vida de pessoas.

A Senhora Presidente respondeu que, por causa de situações que correram mal, não se pode desconfiar, e que, caso não chegasse o parecer da Águas de Coimbra, continuariam num impasse. Frisou que este é um investimento importante e que, consequentemente, vão levar ao seu atraso.

O Senhor Vereador José Manuel Silva disse que a legislação nem sempre é perfeita e que há sempre pormenores e questões relevantes que não foram tidas em conta numa fase inicial. Existiram duas situações no Concelho que correram mal, o que obrigava ao princípio da prudência, para se evitar ter mais complicações no futuro. Disse que era muito importante o parecer da Águas de Coimbra e que se iam desmatar e desarborizar 23 hectares numa zona que pode ter sensibilidades que não foram tidas em conta, as quais devem ser analisadas por aquela entidade. Apesar de reconhecer a importância da energia solar, considerou que estes tipos de projetos não deixam de ter um lado negativo com o corte extensivo de árvores que também são importantes



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

em termos ambientais, mas sem se ter a certeza de que não vai haver outros problemas que tornem mais difícil uma correção posterior e sendo a Câmara a entidade reguladora no seu Concelho, deve haver prudência.

A Senhora **Presidente** deixou então um compromisso no sentido de se aguardar o referido parecer até à próxima reunião de Câmara, num ato de prudência, conforme lhe foi solicitado. Mas caso o parecer não chegue, trará novamente o assunto à reunião de Câmara. Ressalvou, contudo, que por parte do empreendedor existe a garantia de que no decurso da obra adotará medidas mitigadoras e todos sabem que este tipo de projetos envolvem o corte de árvores e movimentação de terras.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que esta questão só se coloca porque a Águas de Coimbra é uma Empresa Municipal, porque na maioria das Câmaras este parecer é interno. Salientou que para si, este parecer era absolutamente obrigatório, pelo que apresentou uma sugestão construtiva que era entrar em contato direto com esta Empresa Municipal, explicando a urgência, dando um prazo para apresentação do parecer. Caso este parecer não venha, a Águas de Coimbra assumirá diretamente a responsabilidade, sendo que tratando-se de águas pluviais, esta conta virá para a Câmara Municipal, ao abrigo do protocolo que está estabelecido. Insistiu porque é mesmo uma questão de prevenção. Disse que esta matéria era extremamente relevante, até pela experiência de Antuzede, que quando chove, as pessoas não conseguem estar nas suas casas com medo que venha uma enxurrada de água, devendo existir uma aprendizagem. Salientou que neste caso e no da Feteira, não foram ouvidas a Águas de Coimbra exatamente porque se seguiu a Lei, mas o problema agora é da Câmara, pois é perante a Câmara e perante a Senhora Presidente que as pessoas virão pedir soluções.

O Senhor **Vereador João Francisco Campos**, pese embora reconheça que os investimentos são importantes, disse o que está em causa são as pessoas, pelo que solicitou à Senhora Presidente que falasse com as Águas de Coimbra para que depois possam discutir esta questão.

A Senhora **Vereadora Maria Lencastre**, acreditando na sapiência na matéria da Vereadora Ana Bastos disse não entender porque é que Águas de Coimbra não respondeu a um parecer solicitado em 26/11/25, assim como também não responderam o Departamento de Ambiente da Câmara e a União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, entendendo assim que seria melhor rever este processo.

Este assunto foi retirado da ordem do dia no sentido da obtenção do parecer da AC, Águas de Coimbra, E.M. e para reagendamento para a próxima reunião da Câmara Municipal de Coimbra.

Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Francisco Veiga.

VIII.10. DGU – Isenção do Pagamento de Taxas e Compensações (RMUE) – (artigo 91.^º n.^º 6/RMUE) 4.^º trimestre de 2025 – Conhecimento

Para este assunto, foi apresentada a informação n.^º 678, de 06/01/2026, do Departamento de Gestão Urbanística, a qual colheu parecer da Diretora do referido Departamento e despacho da Senhora Presidente da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.^º 169/2026 (09/01/2026):

- **Tomar conhecimento da listagem relativa aos casos de isenção de pagamento de taxas de operações urbanísticas referentes ao 4.^º trimestre de 2025, nos termos e para os efeitos do disposto no n.^º 6 do artigo 91.^º do RMUE.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

VIII.11. DGU-DCHRU – Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E. – Pedido de parecer não vinculativo referente às operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública – Avenida Bissaya Barreto “Departamento de Estomatologia e Cirurgia Maxilo Facial – Freguesia de Santo António dos Olivais

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 112172, de 16/12/2025, (MGD 113422 de 19/12/2025) da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, a qual colheu pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Gestão Urbanística e despacho da Senhora Presidente, todos dessa mesma data, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 170/2026 (09/01/2026):

- Dispensar o cumprimento da dotação mínima de 36 lugares de estacionamento (29 públicos e 7 privados), ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 133.º do Regulamento do PDM, face à pretensão de ampliação do equipamento coletivo de saúde, não sendo possível face à sua localização (no interior e exterior do Bloco de Celas da Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.) por impossibilidade física, a materialização de quaisquer lugares adicionais, salientando-se que na envolvente (CHUC) encontra-se prevista a construção de um novo silo automóvel que poderá atenuar / colmatar a dotação em falta;
- Emitir parecer prévio não vinculativo favorável relativo à operação urbanística em apreço, de ampliação do equipamento coletivo de saúde, ao abrigo do disposto na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 conjugado com o n.º 2 do artigo 7.º, todos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, devendo ainda ser observado o disposto nos n.ºs 6, 7, 8 e 9 do mencionado artigo, considerando que a proposta cumpre com o disposto nos artigos 108.º, 109.º e 110.º do Regulamento do PDM, aplicáveis às áreas de equipamento onde se insere.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

VIII.12. DGU-DCHRU – Fernando Marques dos Santos – Pedido de alteração ao loteamento, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 368/1995 – Estrada das Lágrimas n.º 1 – União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas

O presente processo reporta-se a operação de alteração a loteamento, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 368/1995, que alterou o Alvará de Loteamento n.º 336/1993 (inicial), sujeito ao regime de licença administrativa, no âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua atual redação.

Assim, foi apresentada a informação n.º 112806, de 18/12/2025 (MGD n.º 113365, de 19/12/2025), da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 19/12/2025, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despacho da Senhora Presidente, ambos de 29/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 171/2026 (09/01/2026):

- Deferir o pedido de licenciamento de alteração da operação urbanística de loteamento, titulada pelo Alvará n.º 368, referente à alteração ao Lote n.º 1, no que concerne à alteração de uso de “comércio ou serviços” para “habitação”, da fração “L”, localizada no rés do chão,



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

condicionado à apresentação de Planta de Síntese de sobreposição (amarelos/vermelhos), ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX. EMPRESAS MUNICIPAIS

- IX.1. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, E.M. – Construção de novas redes de águas pluviais 2019 – Análise da Fatura da AC n.º FAC 0000152019/0000045394 de 26/12/2019, no valor de 433.647,54 €, apresentada no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Ratificação**

No âmbito do Protocolo celebrado em 11/07/2005 entre a AC e o Município, com a redação dada pelo Aditamento de 21/12/2007, sobre o assunto supra identificado, foi elaborada a informação n.º 110928, de 12/12/2025, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, sobre a qual exararam parecer a Chefe da respetiva Divisão de 16/12/2025 e o Diretor de Departamento de Espaço Público, de 17/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente de 19/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 172/2026 (09/01/2026):

- Ratificar o despacho da Senhora Presidente de 19/12/2025, que aprovou a despesa, o sacionamento e o pagamento da fatura n.º FAC 0000152019/0000045394 de 26/12/2019, no valor de 409.101,45 € (433.647,54 €, com IVA incluído a 6%), referente aos trabalhos de construção de coletores pluviais promovidos pela AC, Águas de Coimbra, EM, na Rua dos Alcorredores – Fornos – 2.ª Fase – Torre de Vilela, no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo AC/CMC de 11/07/2005, na redação dada pela cláusula 1.ª do Aditamento de 21/12/2007.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

- IX.2. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, EM – Construção de coletores de águas pluviais – Mesura / Vale do Rosal – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Fatura da AC n.º FAC 0210152024/0049400507 de 27/12/2024, no valor de 276.326,51 € - Ratificação**

No âmbito do Protocolo celebrado em 11/07/2005 entre a AC e o Município, com a redação dada pelo Aditamento de 21/12/2007, sobre o assunto supra identificado foi elaborada a informação n.º 110983 de 12/12/2025, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, sobre a qual exararam parecer a Chefe da respetiva Divisão de 16/12/2025 e do Diretor de Departamento de Espaço Publico, de 18/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente de 19/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 173/2026 (09/01/2026):

- Ratificar o despacho da Senhora Presidente de 19/12/2025, que aprovou a despesa, o sacionamento e o pagamento da fatura n.º FAC 0210152024/0049400507 de 27/12/2024, no valor de 260.685,39 € (276.326,51 € com IVA a 6%), referente aos trabalhos de construção do coletor pluvial na Mesura/Vale do Rosal promovidos pela AC, Águas de Coimbra, E.M., no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo AC/CMC de 11/07/2005, na redação dada pela cláusula 1.ª do Aditamento de 21/12/2007.**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

- IX.3. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, EM – Construção de coletores de águas pluviais – Drenagem de águas pluviais na Rua da Mina – Vila Nova - Cernache – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Fatura da AC n.º FAC 0210152025/0049362363 de 28/10/2025, no valor de 27.218,46 € - Ratificação**

No âmbito do Protocolo celebrado em 11/07/2005 entre a AC e o Município, com a redação dada pelo Aditamento de 21/12/2007, sobre o assunto supra identificado foi elaborada a informação n.º 111031 de 12/12/2025, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, sobre a qual exararam parecer a Chefe da respetiva Divisão em 17/12/2025 e o Diretor de Departamento de Espaço Público, em 18/12/2025, bem como despacho da Senhora Presidente de 19/12/2025, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 174/2026 (09/01/2026):

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 19/12/2025, que:**
Revogou a decisão de autorização da despesa tomada em reunião da Câmara Municipal de 19/02/2024 (Deliberação n.º 2101/2024), no valor de 20.500,00 € (21.730,00 com IVA a 6%);
Aprovou a despesa, o sancionamento e o pagamento da fatura n.º FAC 0210152025/0049362363 de 28/10/2025, no valor de 25.677,79 € (27.218,46 € com IVA a 6%), referente aos trabalhos de construção da drenagem de águas pluviais na Rua da Mina, em Vila Nova, Cernache, promovidos pela AC, Águas de Coimbra, EM, no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo AC/CMC de 11/07/2005, na redação dada pela cláusula 1.ª do Aditamento de 21/12/2007.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

PONTO X. FREGUESIAS

- X.1. DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2018 a 2021 – Obras contratualizadas com a União das Freguesias de Coimbra – Proposta de alteração**

Através do e-mail com o registo em MyDoc n.º 80412, de 11/12/2025, a União das Freguesias de Coimbra solicitou uma alteração às obras do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2018 a 2021.

O Senhor Vereador **João Francisco Campos** interveio dizendo que os dois assuntos agendados neste ponto são comuns, pelo que falava dos dois. Foi um processo iniciado no seu primeiro mandato na União de Freguesias de Coimbra e na altura não foi conseguido avançar com esta obra e, entretanto, ficou tudo mais caro. Esta União de Freguesias gastou mais de 250 mil euros dos seus contratos interadministrativos e neste caso estavam a falar de cerca de mais 300 mil euros e que mesmo assim não era suficiente para a obra arrancar. Disse ainda que tiveram uma reunião com o anterior Presidente, no sentido de o sensibilizar de que era necessária mais verba para esta obra que custaria entre 300/400 mil euros e que neste momento irá para o dobro. Destacou que esta obra é fundamental para a Freguesia e que outras Freguesias já receberam apoio em novas sedes, e outros espaços, como em São Martinho a Feira dos 23. Deixou à consideração da Senhora Presidente, uma vez que que sabe que irá ter reunião com o atual Presidente da União de Freguesias de Coimbra. Por fim disse que as obras que ficam por fazer eram também muito importantes, sendo que a que está no segundo ponto, poderá ser da Câmara que é o elevador junto ao mercado do Calhabé. Esta obra é



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

importante porque as pessoas que moram na Rua dos Combatentes, na Rua General Humberto Delgado perderam mobilidade e para virem ao mercado do Calhabé e Pingo Doce têm de vir de carro, pois não conseguem levar as compras. Até para as crianças era difícil. Disse também que haviam pensado em rampas e outras soluções mais baratas, tendo falado com o Executivo e com a Divisão de Apoio às Freguesias e não se conseguiu. Ao ser retirada esta obra sabe que as pessoas que vivem nesta zona vão ficar muito tristes.

Em relação à delegação de Almedina, era para ser um cowork cultural, no entanto sabe que está a haver problemas com a ex- Direção Regional da cultura, agora CCDRC, porque se trata de um imóvel classificado, que é património nacional. Mas fazia todo o sentido haver um ecossistema cultural com esta delegação e o Teatro Sousa Bastos, para trazer mais gente à alta, até porque não há ali muitos movimentos culturais. Disse saber que o custo aumentou muito e que tinha a noção de que era preciso retirar alguma coisa, deixando essa sensibilidade à Senhora Presidente.

A Senhora **Presidente** disse que estas obras deixam de ser feitas para o seu valor reforçar e permitir a construção do armazém da Pedrulha. Disse ainda que relativamente á obra do elevador do Calhabé fica sensibilizada porque é uma zona residencial que conhece bem e sabe que as pessoas vão ficar tristes com a anulação desta obra.

A Senhora **Vereadora Maria Lencastre** interveio para dizer que se a prioridade eram as pessoas então porque é que se dava prioridade ao Armazém, precisando as pessoas daquele elevador.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que o armazém da Pedrulha não tem qualquer possibilidade de financiamento, enquanto um elevador que é para apoiar pessoas de mobilidade reduzida, pode ser coberto por algum programa de financiamento, pelo que a questão não é completamente displicente.

A Senhora **Presidente** tomou nota da observação da Vereadora Ana Bastos, ficando ao encargo do Executivo esta sinalização.

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 111760 de 15/12/2025, da Divisão de Apoio às Freguesias, sobre a qual exarou parecer a respetiva Chefe de Divisão, de 19/12/2025 e despachos do Senhor Vereador Ricardo Lino e da Senhora Presidente, ambos de 06/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 175/2026 (09/01/2026):

- **Anular a obra “Reabilitação da Delegação de Almedina”, no valor de 150.000,00 €, e inserir uma nova obra com a denominação “Construção do Armazém da Pedrulha”, no valor de 150.000,00 €, cumprindo assim o n.º 4 da Cláusula 3.ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

X.2. **DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2022 a 2025 – Obras contratualizadas com a União das Freguesias de Coimbra para o ano 2025 – Proposta de alteração**

Através do e-mail com o registo em MyDoc n.º 80412, de 11/12/2025, a União das Freguesias de Coimbra solicitou uma alteração às obras do mapa de identificação para 2024 a 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre o assunto foi elaborada a informação n.º 111790 de 15/12/2025, da Divisão de Apoio às Freguesias, sobre a qual exarou parecer a respetiva Chefe de Divisão, de 23/12/2025 e despachos do Senhor Vereador Ricardo Lino e da Senhora Presidente, ambos de 06/01/2026, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 176/2026 (09/01/2026):

- Anular a obra “Construção de elevador junto às escadas do Mercado Calhabé” do mapa de identificação das obras para 2024, no valor de 135.033,51 € e inserir a obra de “Construção do Armazém da Pedrulha – 3.ª fase”, no mesmo montante;
- Anular a obra “Construção do campo de jogos no Parque Nómada”, no valor de 53.701,76 €, do mapa de identificação das obras para 2025 e inserir a obra de “Construção do Armazém da Pedrulha – 4.ª fase”, no mesmo montante, cumprindo assim o n.º 4 da Cláusula 3.ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

Antes de dar por terminada a reunião, a Senhora **Presidente** apresentou a seguinte Nota de Pesar, abaixo transcrita:

“A Câmara Municipal de Coimbra manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Leonel Figueiredo Rodrigues, Agente Único de Transportes Coletivos, dos SMTUC, que durante muitos anos desempenhou as suas funções com dedicação e profissionalismo.

O seu falecimento, aos 63 anos, deixa um vazio na nossa comunidade e nos colegas que com ele conviveram diariamente. Recordamos com gratidão o seu contributo para o serviço público de transporte urbano, bem como o espírito de camaradagem, disponibilidade e proximidade humana que sempre demonstrou no exercício da sua função.

Neste momento de dor, a Câmara Municipal de Coimbra endereça sentidas condolências à família, amigos e colegas, expressando a sua solidariedade neste momento difícil.”

E sendo dezanove horas, a Senhora **Presidente**, agradeceu a participação ativa e construtiva de todos e informou que a próxima reunião de Câmara se realizaria em 26/01/2026, declarando encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 09/01/2026 e assinada pela Senhora Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Pedro Alexandre de Brito Marques Almeida Malta.

A Presidente da Câmara Municipal
ANA MARIA PEREIRA Assinado de forma digital
ABRUNHOSA por ANA MARIA PEREIRA
ABRUNHOSA Dados: 2026.01.27 16:35:22 Z

(Ana Maria Pereira Abrunhosa)

O Secretário,
PEDRO ALEXANDRE Assinado de forma digital por
DE BRITO MARQUES PEDRO ALEXANDRE DE BRITO
ALMEIDA MALTA MARQUES ALMEIDA MALTA
Dados: 2026.01.26 15:48:03 Z

(Pedro Alexandre de Brito Marques Almeida Malta)